



MINISTÉRIO DA ECONOMIA  
Secretaria Especial de Desburocratização, Gestão e Governo Digital  
Secretaria de Gestão  
Central de Compras  
Coordenação-Geral de Contratação de Tecnologia da Informação e Comunicação

## TERMO DE REFERÊNCIA

**Processo Administrativo nº 19973.104472/2019-80**

### REGISTRO DE PREÇOS PARA CONTRATAÇÃO DE LICENÇAS DE USO DE *SOFTWARES* DE VIRTUALIZAÇÃO DE SERVIDORES

Brasília, Novembro de 2020

COORDENAÇÃO-GERAL DE CONTRATAÇÕES DE TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO E COMUNICAÇÃO / CENTRAL DE COMPRAS / SEGES / MINISTÉRIO DA ECONOMIA

#### HISTÓRICO DE REVISÕES

Data	Versão	Descrição	Autor
12/07/2020	1.0	Criação do documento	Cristiano Jorge Poubel de Castro
24/08/2020	1.1	Atualização de quantidades após IRP e correção pontual de especificação identificada pelos órgãos durante a IRP.	Cristiano Jorge Poubel de Castro
31/08/2020	1.2	Correções pontuais e ajustes de redação para maior clareza.	Cristiano Jorge Poubel de Castro
19/09/2020	2.0	Ajustes finais após a pesquisa de preços	Cristiano Jorge Poubel de Castro e Silvio César da Silva Lima
04/11/2020	2.1	Ajustes após recomendações da PGFN	Cristiano Jorge Poubel de Castro, Gervásio Guimarães Roxo e Silvio César da Silva Lima
09/11/2020	2.2	Ajustes nos valores finais devido a arredondamento	Cristiano Jorge Poubel de Castro, Gervásio Guimarães Roxo

## TERMO DE REFERÊNCIA

**Referência: Arts. 12 a 24 IN SGD/ME N° 1/2019**

### 1. OBJETO DA CONTRATAÇÃO

1.1. Registro de Preços com vistas a futura e eventual contratação de licenças de uso de *softwares* de virtualização de servidores, com direito de atualização e suporte conforme especificações e quantidades indicadas neste Termo de Referência e seus anexos.

1.2. O objeto é composto pelos seguintes itens:

Item	Código CATSER	Descrição do Produto	Identificação Produto	Modelo de Licenciamento	QTD UASGs	QTD TOTAL DEMANDADA	Unidade
01	27464	Plataforma básica de virtualização e nuvem ( <i>Standard</i> ),	VMware vSphere 6 ou superior Standard 1	Licença Perpétua + Suporte/Subscrição	22	257	CPU

		com suporte e subscrição por processador pelo período de 3 anos, na modalidade de suporte 24x7	processor + Production Support / Subscription VMware vSphere 6 Standard for 1 processor for 3 years				
02	27464	Plataforma empresarial de virtualização e nuvem ( <i>Enterprise</i> ), com suporte e subscrição por processador pelo período de 3 anos, na modalidade de suporte 24x7	VMware vSphere 6 ou superior Enterprise Plus for 1 processor + Production Support / Subscription VMware vSphere 6 ou superior Enterprise Plus for 1 processor for 3 years	Licença Perpétua + Suporte/Subscrição	39	843	CPU
03	27464	Solução de Gestão da Operação – Saúde, Risco e Eficiência otimizada com recursos de monitoramento de desempenho e gerenciamento de capacidade, com suporte e subscrição por processador pelo período de 3 anos, na modalidade de suporte 24x7	VMware vRealize Operations Standard for 1 processor + Production Support / Subscription VMware vRealize Plus for 1 processor for 3 years	Licença Perpétua + Suporte/Subscrição	20	494	CPU
04	27464	<i>Software</i> de gerenciamento de servidores Vmware, com suporte e subscrição por instância pelo período de 3 anos, na modalidade de suporte 24x7 por 12 meses.	VMware vCenter Server 6 ou superior Standard for vSphere 6 ou superior (Per Instance) for 3 years	Licença Perpétua + Suporte/Subscrição	40	99	Instância
05	27464	Plataforma básica de virtualização para gerenciar infraestruturas virtuais de nuvem ( <i>Standard</i> ), servidor com suporte técnico 24x7 por 12 meses.	Citrix Hypervisor Standard	Licença Perpétua + Suporte/Subscrição	10	128	CPU
06	27464	Plataforma empresarial de virtualização para gerenciar infraestruturas virtuais de nuvem	Citrix Hypervisor Premium	Licença Perpétua + Suporte/Subscrição	12	461	CPU

		(Enterprise ou Premium), servidor com suporte técnico 24x7 por 12 meses.					
--	--	--	--	--	--	--	--

1.3. Os itens descritos na tabela serão adjudicados em separado, tendo em vista que o julgamento da licitação será por item.

1.4. As licenças de software constantes deste Termo de Referência devem ser fornecidas em sua versão mais recente.

1.5. O objeto da licitação tem a natureza de bens e serviços comuns, pois pode ser objetivamente especificado por meio de padrões usuais no mercado; podendo, portanto, ser contratado por meio de processo licitatório na modalidade pregão em sua forma eletrônica, conforme dispõe o Parágrafo Único do artigo 1º da Lei nº 10.520/2002.

1.6. Das soluções apresentadas neste termo de referência, alguns produtos de que tratam o subitem 1.2 do TR constam de Catálogo de Soluções de TIC, instrumento previsto na [Instrução Normativa SGD/ME nº 1, de 4 de abril de 2019](#), com redação dada pela [Instrução Normativa SGD/ME nº 202, de 18 de setembro de 2019](#). Em atenção ao disposto na IN. 01/2019 SGD/ME, as condições de contratação desses produtos observam integralmente àquelas condições constantes do Acordo nº 4/2020 publicado em 11 de fevereiro de 2020 pela SGD/ME (Disponível em: <https://www.gov.br/governodigital/pt-br/contratacoes/catalogo-de-solucoes-de-tic>).

## 2. DO ÓRGÃO GERENCIADOR E ÓRGÃOS PARTICIPANTES

2.1. O órgão gerenciador será a Central de Compras do Ministério da Economia.

2.2. São partícipes desta contratação as **55 (cinquenta e cinco) UASGS (Unidades Administrativas de Serviços Gerais)** a seguir informadas:

ID	UF / IDENTIFICAÇÃO DA UASG
1	AC 154044 - FUNDACAO UNIVERSIDADE FEDERAL/AC
2	AL 80022 - TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 19A. REGIAO
3	AM 154039 - FUNDACAO UNIVERSIDADE DO AMAZONAS/AM
4	AM 160016 - COMANDO DO COMANDO MILITAR DA AMAZONIA/MEX/AM
5	BA 158129 - INST.FED.DE EDUC., CIENC. E TEC. BAIANO
6	BA 80007 - TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 5A.REGIAO
7	DF 110322 - GABINETE DE SEGURANÇA INSTITUCIONAL
8	DF 114702 - ENAP-ESCOLA NACIONAL DE ADM.PUBLICA/DF
9	DF 160062 - CENTRO DE INTELIGENCIA DO EXERCITO/MEX/DF
10	DF 170007 - COORDENACAO-GERAL DE DESENVOLV.INSTITUCIONAL
11	DF 170607 - DIRETORIA DE ADMINISTRAÇÃO E LOGÍSTICA
12	DF 200109 - MJ-DPRF-DEPART.DE POL.RODOVIARIA FEDERAL/DF
13	DF 443033 - COORDENACAO GERAL DE FINANÇAS/DF
14	ES 153046 - UNIVERSIDADE FEDERAL DO ESPIRITO SANTO/ES
15	GO 158124 - INST.FED.DE EDUC., CIENCIA E TEC. GOIANO
16	GO 80020 - TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO 18A.REG/GO
17	MG 153283 - FACULDADE DE CIENCIAS ECONOMICAS/UFGM
18	MG 158440 - IFE.CIENC.E TEC. DO NORTE DE MG/C.PIRAPORA
19	MG 254423 - CENTRO DE PESQUISAS RENE RACHAU
20	MS 154502 - FUNDAÇÃO UNIV. FEDERAL DA GRANDE DOURADOS
21	MS 786810 - CENTRO DE INTENDENCIA DA MARINHA EM LADARIO
22	MT 156677 - UNIVERSIDADE FEDERAL DE RONDONOPOLIS
23	PA 160163 - COMANDO DA 8. REGIAO MILITAR
24	PA 160170 - COMANDO 23 BRIGADA DE INFANTARIA DE SELVA
25	PA 240125 - MUSEU PARAENSE EMILIO GOELDI
26	PA 925387 - PREFEITURA MUNICIPAL DE BELÉM

27	PB	155912 - HOSPITAL UNIV JULIO MARIA BANDEIRA DE MELLO
28	PE	160182 - 7ª COMPANHIA DE COMUNICAÇÕES
29	PE	533014 - SUPERINTENDENCIA DO DESENVOL. DO NORDESTE
30	PE	80006 - TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 6A.REGIAO
31	PI	925478 - SECRETARIA DE ESTADO DA EDUCAÇÃO DO PIAUÍ
32	PR	160192 - BASE DE ADM. E APOIO 5º DIVISÃO DO EXÉRCITO
33	PR	160213 - 5 BATALHAO LOGISTICO
34	RJ	113201 - SAE-CNEN-COMIS.NACIONAL DE ENERGIA NUCLEAR/RJ
35	RJ	153132 - CENTRO DE CIÊNCIAS JURÍDICAS E ECONÔMICAS
36	RJ	153152 - HOSPITAL UNIVERSITARIO DA UFRJ
37	RJ	153166 - MEC-UFRRJ-UNIV.FED.RURAL DO R.DE JANEIRO/RJ
38	RJ	158157 - INST.FED.DE EDUC.,CIENC.E TEC.DO R.DE JANEIRO
39	RJ	160253 - 1 BATALHAO DE GUARDA/RJ
40	RJ	183023 - INST.NAC.DE METROLOGIA QUALIDADE E TECNOLOGIA
41	RJ	203003 - AGENCIA NACIONAL DO CINEMA - PR
42	RJ	323031 - AGENCIA NACIONAL DO PETROLEO - ANP - RJ
43	RJ	720305 - CENTRO TECNOLÓGICO DA MARINHA NO RJ
44	RN	153103 - UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE DO NORTE
45	RO	158148 - INST.FED.DE EDUC.,CIENC.E TEC.DE RONDONIA
46	RO	80015 - TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 14A.REGIAO
47	RR	927020 - POLÍCIA CIVIL DO ESTADO DE RORAIMA
48	RS	155570 - CAMPUS FREDERICO WESTPHALEN
49	RS	158269 - INST.FED.FARROUP./CAMPUS JULIO DE CASTILHOS
50	RS	160395 - COMANDO DO COMANDO MILITAR DO SUL/RS
51	RS	160413 - COMANDO DA 3ª DIV DO EX - BASE ADM DA GUAR SM
52	SE	158134 - INST.FED.DE EDUC.,CIENC.E TEC.DE SERGIPE
53	SE	80023 - TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 20A. REGIAO
54	SP	160469 - 2 GRUPO ARTILHARIA CAMPANHA AUTOPROPULSADO
55	SP	742000 - CENTRO TECNOLÓGICO DA MARINHA EM SAO PAULO

2.2.1. A distribuição dos itens com os respectivos quantitativos e cidades de entrega está prevista no Anexo A - Pauta de Distribuição do Termo de Referência.

### 3. DESCRIÇÃO DA SOLUÇÃO DE TIC

3.1. São bens e serviços que compõem a Solução de Virtualização, objeto deste Termo de Referência:

ITEM	PRODUTO	DESCRIÇÃO TÉCNICA
01	VMware vSphere 6 Standard 1 processor + Production Support / Subscription VMware vSphere 6 Standard for 1 processor for 3 years	<p>I - A Plataforma de virtualização e nuvem privada <i>VMware vSphere 6 Standard</i>:</p> <p>a) Deverá suportar o uso de até 480 núcleos por servidor físico;</p> <p>b) Deverá suportar até 6TB de memória RAM por servidor físico;</p> <p>c) Deverá suportar por servidor físico: 62 TB localizados em uma SAN (Storage Area Network), 32 portas Gigabit Ethernet, 8 portas 10 Gigabit Ethernet, 8 HBA's (Host Bust Adapter), 32 CPU's Virtuais por <i>core</i> não excedendo quantidade máxima de 4096 CPUs virtuais por servidor e até 1.024 máquinas virtuais;</p> <p>d) Possuir sistema operacional próprio executando diretamente no <i>hardware</i> sem a necessidade de instalação de Sistema Operacional adicional para execução do <i>software</i> de virtualização;</p> <p>e) O modelo de licenciamento do <i>software</i> deverá permitir a abertura de chamados de suporte diretamente com o fabricante, não sendo aceitas licenças em regime de OEM;</p> <p>f) Permitir a criação de máquinas virtuais com até 4 TB de memória;</p>

ITEM	PRODUTO	DESCRIÇÃO TÉCNICA
		<p>g) Permitir a proteção das máquinas virtuais e seus dados com <i>backups</i> em disco e sem a necessidade de agente instalado nas máquinas virtuais, com deduplicação para reduzir o uso do espaço de <i>backup</i> em disco, tudo isso de forma agendada;</p> <p>h) Permitir configurar o número de CPU's virtuais por <i>Virtual socket</i>, ou seja, permite que uma VM tenha CPU's virtuais com mais de 1 <i>core</i>;</p> <p>i) O produto deve ser compatível com as seguintes tecnologias: "x86_64", "multicore", "hyperthreading", "Intel EPT", "AMD-V RVI", "Large Memory pages", "FCoE"; "Arquitetura NUMA";</p> <p>j) Permitir a criação de máquinas virtuais coexistindo no mesmo <i>hardware</i> físico com, no mínimo, os seguintes sistemas operacionais: Windows Server 2012, 2008, 2003; Windows 2000 NT Server, XP Professional; RedHat Enterprise Linux 6.x, 5.x, 4.x, 3.x, 2.1; Suse Linux Enterprise Server 11, 10, 09, 08; Ubuntu 10.04, 9.10, 8.10, 8.04 LTS, 7.10, 7.04; CentOS 4, 5; Debian 4, 5, 6; FreeBSD 6.x, 7.x, 8.0; Netware 6.5 Server, 6.0 Server, 5.1 Server; Solaris 10 for x86; SCO Openserver 5.0; SCO Unixware 7; OSX Server 10.6 (Snow Leopard);</p> <p>k) A solução deverá suportar o clone de máquinas virtuais;</p> <p>l) Permitir agrupar as máquinas virtuais em contêineres lógicos inteligentes capazes de permitir definir prioridades e a sequência nos processos de ligar e desligar máquinas virtuais;</p> <p>m) Permitir criar máquinas virtuais tolerantes a falha com tempo de inatividade igual a zero, isto é, permitir a criação de uma imagem espelho da máquina virtual em outro servidor físico garantindo que em caso de falha de um servidor físico, a máquina virtual continue sua operação no outro servidor sem interrupção dos serviços;</p> <p>n) Deverá possuir recurso de compartilhamento de páginas de memória entre múltiplas máquinas virtuais, ou seja, consolidação de páginas de memórias idênticas de múltiplas máquinas virtuais em um mesmo servidor em apenas uma página;</p> <p>o) Possuir paginação do <i>hypervisor</i>;</p> <p>p) Permitir compressão de memória em momentos de alta utilização para retardar a utilização da área de <i>swap</i> e melhorar o desempenho;</p> <p>q) Permitir a criação de máquinas virtuais com até 10 placas de rede.</p> <p>r) Políticas de segurança de rede na camada 2:</p> <p>s) Não permitir mudança de MAC <i>address</i>;</p> <p>t) Não permitir <i>sniffing</i> do tráfego de rede;</p> <p>u) Suportar tecnologias para melhoria de <i>performance</i> de rede como jumbo <i>frames</i>;</p> <p>v) Deverá suportar a criação de VLANs nas redes virtuais;</p> <p>w) Permitir o isolamento total das máquinas virtuais, impedindo a comunicação entre as máquinas, a não ser pelo ambiente de</p>

ITEM	PRODUTO	DESCRIÇÃO TÉCNICA
		<p>rede em que serão inseridas, evitando assim que o uso de uma máquina virtual interfira na segurança de outra máquina virtual;</p> <p>x) Permitir que cada máquina virtual tenha endereço IP e MAC <i>address</i> próprio;</p> <p>y) Permitir a criação, através de interface gráfica, de <i>switches</i> virtuais, comunicação local, não necessitando de placas de redes físicas, permitindo que redes complexas sejam construídas e as aplicações sejam desenvolvidas, testadas e distribuídas, tudo em um único computador físico;</p> <p>z) Possuir tecnologia que permita beneficiar-se das redes 10Gb <i>Ethernet</i>, tirando a carga de roteamento de pacotes da camada de virtualização para ser executada diretamente na placa de rede física reduzindo ciclos de CPU e latência;</p> <p>aa) Permitir adicionar e remover placas de rede a uma máquina virtual sem parada de produção;</p> <p>ab) Permitir o controle de I/O de rede por tipo de tráfego de dados (gerenciamento, dados, iSCSI, NFS);</p> <p>ac) Suporte a <i>Netflow</i> permitindo coletar tráfego de informações IP e enviá-las para ferramentas de terceiros;</p> <p>ad) Permitir colocar as portas do <i>switch</i> virtual ou uma porta de rede virtual específica em modo aberto;</p> <p>ae) Permitir o acesso por mais de um caminho (<i>multipath</i>) e tolerante a falhas (<i>failover</i>) ao SAN (“<i>Storage Area Network</i>”);</p> <p>af) Possuir sistema de arquivos que permita ser configurado em <i>storage</i> compartilhado e que mais de um servidor físico consiga acessar o mesmo compartilhamento simultaneamente;</p> <p>ag) Permitir conexões com tecnologias de <i>storage</i> SAN, iSCSi e NAS;</p> <p>ah) Permitir a instalação em um servidor físico sem disco físico local, podendo ser iniciado através de uma SAN (“<i>Storage Area Network</i>”) <i>Fiber Channel</i> ou iSCSI, utilizando o conceito de <i>diskless</i>;</p> <p>ai) Suportar a extensão do tamanho do disco virtual enquanto a máquina virtual permanecer ligada;</p> <p>aj) Permitir a instalação em um servidor físico sem disco físico local, podendo ser iniciado através de dispositivos USB e uma LUN na SAN (<i>Storage Area Network</i>) ou iSCSi, utilizando o conceito de <i>diskless</i>;</p> <p>ak) Permitir <i>cluster</i> de LUN’s e monitorar cada LUN de forma inteligente para o balanceamento dos arquivos das máquinas virtuais entre as LUN’s, considerando espaço alocado e performance de I/O;</p> <p>al) Permitir definir limites de utilização de I/O por máquina virtual independente do servidor em que esteja rodando;</p> <p>am) A solução deverá ser capaz de otimizar a utilização de disco da máquina virtual, armazenando em <i>Storage</i> somente o que a máquina virtual estiver utilizando, ou seja, não alocando todo o conteúdo do disco virtual quando não for necessário;</p>

ITEM	PRODUTO	DESCRIÇÃO TÉCNICA
		<p>an) Suportar a migração dos discos das máquinas virtuais entre um uma LUN em um <i>storage</i> FC ou iSCSI para outra LUN em um <i>storage</i> FC ou iSCSI sem afetar a disponibilidade dos serviços, ou seja, sem parar a máquina virtual.</p> <p>ao) Suportar características de segurança de SAN tais como "<i>LUN Zoning</i>" e "<i>LUN masking</i>";</p> <p>ap) Deverá permitir o compartilhamento dos recursos físicos do servidor entre as máquinas virtuais, com a possibilidade de definir a quantidade mínima e máxima de CPU e memória para cada máquina virtual e grupo de máquinas virtuais;</p> <p>aq) Deverá permitir o compartilhamento dos recursos físicos do servidor entre as máquinas virtuais, com a possibilidade de definir a saída de banda de rede para cada máquina virtual;</p> <p>ar) Permitir a criação de ambiente de alta disponibilidade (<i>cluster</i> ou tecnologia equivalente ou superior) entre as máquinas virtuais, independente de se estas estão em servidores físicos diferentes ou não;</p> <p>as) Permitir a funcionalidade de migrar uma máquina virtual de uma máquina física para outra máquina física, sem necessidade de interrupção dos serviços da máquina virtual;</p> <p>at) Permitir no mínimo 4 migrações simultâneas de máquinas virtuais entre dois servidores físicos simultaneamente;</p> <p>au) Permitir que as migrações distribuam a carga entre duas placas de rede;</p> <p>av) Permitir migração de máquinas virtuais entre <i>switches</i> virtuais diferentes, entre <i>switches</i> virtuais tipo padrão para distribuído, padrão para padrão e entre distribuído para distribuído;</p> <p>aw) Possuir funcionalidades de detecção de falha de uma máquina física, migrando automaticamente as máquinas virtuais afetadas para controle de outra máquina física e procedendo, à sua ativação automaticamente. Deverá suportar um grupo (<i>cluster</i>) de até 64 servidores simultaneamente;</p> <p>ax) Permitir a criação de uma imagem espelho da máquina virtual em outro servidor físico garantindo que, em caso de falha, a máquina virtual continue sua operação no outro servidor sem interrupção dos serviços, suportando máquinas virtuais de até 4 vCPU;</p> <p>ay) Permitir priorizar automaticamente determinado recurso (CPU e memória) a determinada máquina virtual no caso de concorrência de recurso sem necessidade de desligar a máquina virtual;</p> <p>az) Permitir que ferramentas de <i>backup</i> realizem <i>backups</i> e recuperações incrementais, diferenciais e de imagem completa de máquinas virtuais para os sistemas operacionais <i>Windows</i> e <i>Linux</i> centralizado sem agentes. O <i>backup</i> passa a ser feito na camada de virtualização, o gerenciamento é feito por serviço de <i>backup</i> eliminando o peso do <i>backup</i> sobre os servidores físicos ou máquinas virtuais;</p>

ITEM	PRODUTO	DESCRIÇÃO TÉCNICA
		<p>ba) Permitir realizar <i>backup</i> de imagens de múltiplas máquinas virtuais simultaneamente sem a necessidade de desligá-las;</p> <p>bb) Permitir a criação de novas máquinas virtuais através de modelos já criados (biblioteca de <i>templates</i>), e prontos para serem instalados em qualquer servidor físico que componha o ambiente de servidores consolidados;</p> <p>bc) Permitir criar modelos de configurações para <i>Hosts</i> físicos e replicá-los para outros <i>hosts</i> da solução de virtualização;</p> <p>bd) Permitir configurar faixas de alarme para monitoração de CPU, memória, rede e disco que alertem após um período de tempo pré-definido no estado de alerta;</p> <p>be) Permitir a monitoração e notificação de alertas parametrizados através de <i>e-mail</i>, <i>traps</i> SNMP e <i>scripts</i>;</p> <p>bf) Permitir agendamento de tarefas tais como desligar, mover, criar, ligar máquinas virtuais;</p> <p>bg) Permitir parar, iniciar, suspender, reiniciar máquinas virtuais;</p> <p>bh) Permitir o ajuste de uso de CPU e memória por máquina virtual;</p> <p>bi) Permitir adicionar CPU e memória a uma máquina virtual sem parada de produção;</p> <p>bj) Ser capaz de configurar através de interface gráfica a associação de uma ou mais placas de rede a uma máquina virtual, permitindo a distribuição de carga entre as placas de rede e configuração de tolerância a falhas;</p> <p>bk) Permitir múltiplos <i>snapshots</i> de uma máquina virtual sem a necessidade de desligar;</p> <p>bl) Permitir que máquinas virtuais se conectem a dispositivos USB conectados ao servidor físico;</p> <p>bm) Permitir a utilização de soluções de segurança de mercado que façam a análise e remoção de “<i>malware</i> – ameaças” na camada do “<i>Hypervisor</i>”, eliminando a necessidade da instalação de agentes no nível da máquina virtual;</p> <p>bn) Permitir a replicação de máquinas virtuais “<i>Power-on</i>” de um servidor físico (<i>Host</i>) para outro, via rede WAN ou LAN, sem a necessidade de uma solução de <i>Storage</i> com replicação nativa.</p>
02	VMware vSphere 6 Enterprise Plus 1 processor + Production Support / Subscription VMware vSphere 6 Standard for 1 processor for 3 years	<p>II - A Plataforma de virtualização e nuvem privada <i>VMware vSphere 6 Enterprise Plus</i>:</p> <p>a) Deverá suportar o uso de até 500 núcleos por servidor físico;</p> <p>b) Deverá suportar até 12TB de memória RAM por servidor físico;</p> <p>c) Deverá suportar por servidor físico: 62 TB localizados em uma SAN (“Storage Area Network”); 32 CPU’s Virtuais por <i>core</i>, não excedendo a quantidade máxima de 4096 CPU virtuais por servidor; e até 1024 máquinas virtuais;</p> <p>d) Possuir sistema operacional próprio executando diretamente no <i>hardware</i> sem a necessidade de instalação de Sistema</p>



ITEM	PRODUTO	DESCRIÇÃO TÉCNICA
		<p>Operacional adicional para execução do <i>software</i> de virtualização;</p> <p>e) Permitir a criação de máquinas virtuais com mais de 1 vcpu, isto é, máquinas virtuais multiprocessadas com até 256 processadores virtuais em todos os sistemas operacionais suportados;</p> <p>f) Permitir a criação de máquinas virtuais com até 4TB de memória;</p> <p>g) Permitir configurar o número de CPU's virtuais por <i>virtual socket</i>, ou seja, permite que uma máquina virtual tenha CPU's virtuais com mais de 1 <i>core</i>;</p> <p>h) O produto deve ser compatível com as seguintes tecnologias: "x86_64", "multicore", "hyperthreading", "Intel EPT", "AMD-V RVI", "Large Memory pages", "FCoE"; "Arquitetura NUMA";</p> <p>i) Permitir a criação de máquinas virtuais coexistindo no mesmo <i>hardware</i> físico com, no mínimo, os seguintes sistemas operacionais: Windows Server 2012, 2008, 2003; Windows 2000 NT Server, XP Professional; RedHat Enterprise Linux 6.x, 5.x, 4.x, 3.x, 2.1; Suse Linux Enterprise Server 11, 10, 09, 08; Ubuntu 10.04, 9.10, 8.10, 8.04; LTS, 7.10, 7.04; CentOS 4, 5; Debian 4, 5, 6; FreeBSD 6.x, 7.x, 8.0; Netware 6.5 Server, 6.0 Server, 5.1 Server; Solaris 10 for x86; SCO Openserver 5.0; SCO Unixware 7; OSX Server 10.6 (Snow Leopard);</p> <p>j) A solução deverá ser fornecida por um único fabricante;</p> <p>k) Suportar o clone de máquinas virtuais;</p> <p>l) Deverá permitir o compartilhamento dos recursos físicos do servidor entre as máquinas virtuais, com a possibilidade de definir a quantidade mínima e máxima de CPU e memória para cada máquina virtual;</p> <p>m) Deverá permitir o compartilhamento dos recursos físicos do servidor entre as máquinas virtuais, com a possibilidade de definir a quantidade mínima e máxima de CPU e memória para um grupo de máquinas virtuais;</p> <p>n) Deverá permitir o compartilhamento dos recursos físicos do servidor entre as máquinas virtuais, com a possibilidade de definir a saída de banda de rede para cada máquina virtual;</p> <p>o) Permitir a criação de ambiente de alta disponibilidade (<i>cluster</i> ou tecnologia equivalente ou superior) entre as máquinas virtuais, independente de se estas estão em servidores físicos diferentes ou não;</p> <p>p) Permitir a funcionalidade de migração de uma máquina virtual desde uma máquina física para outra máquina física, sem necessidade de interrupção dos serviços da máquina virtual;</p> <p>q) Permitir a migração de máquinas virtuais entre diferentes servidores físicos para fins de manutenção, balanceamento de carga e ou <i>upgrades</i>, sem desligamento da máquina virtual e sem interrupção do serviço utilizando <i>storage</i> compartilhado;</p> <p>r) Permitir no mínimo 4 migrações simultâneas de máquinas virtuais entre dois servidores físicos simultaneamente;</p>

ITEM	PRODUTO	DESCRIÇÃO TÉCNICA
		<p>s) Permitir que as migrações distribuam a carga entre duas placas de rede;</p> <p>t) Permitir a migração de máquinas virtuais entre diferentes servidores físicos sem precisar de <i>storage</i> compartilhado, sem desligamento da máquina virtual e sem interrupção do serviço;</p> <p>u) Possuir funcionalidades de detecção de falha de uma máquina física, migrando automaticamente as máquinas virtuais afetadas para controle de outra máquina física e procedendo à sua ativação automaticamente sem parada de produção, ou seja, com zero de tempo de inatividade. Deverá suportar um grupo de até 64 servidores simultaneamente;</p> <p>v) Definir prioridades na reativação das máquinas virtuais;</p> <p>w) Possuir funcionalidades de detecção de falha do sistema operacional de uma máquina virtual, procedendo, sua ativação automaticamente após um período pré-definido;</p> <p>x) Permitir priorizar automaticamente determinado recurso (CPU e memória) a determinada máquina virtual no caso de concorrência de recurso sem necessidade de desligar a máquina virtual;</p> <p>y) Deverá possuir recurso de compartilhamento de páginas de memória entre múltiplas máquinas virtuais, ou seja, consolidação de páginas de memórias idênticas de múltiplas máquinas virtuais em um mesmo servidor em apenas uma página;</p> <p>z) Possuir paginação do <i>hypervisor</i>;</p> <p>aa) Permitir proteger máquinas virtuais usando antivírus e soluções de <i>anti-malware</i> sem a necessidade de agentes dentro da máquina virtual;</p> <p>ab) Deverá possuir recurso de replicação independente do <i>array</i> de armazenamento da máquina virtual através da LAN ou WAN, simplificando o gerenciamento e permitindo a replicação no nível da máquina virtual;</p> <p>ac) Deverá possuir tecnologia de criptografia <i>data-at-rest encryption</i> para as máquinas virtuais;</p> <p>ad) Deverá ter a capacidade de receber informações de integridade do servidor e migrar máquinas virtuais de <i>hosts</i> degradados antes que ocorram problemas;</p> <p>ae) Permitir compressão de memória em momentos de alta utilização para retardar a utilização da área de <i>swap</i> e assim melhorar o desempenho;</p> <p>af) Permitir a integração nativa com <i>Kubernetes</i> sem a necessidade de provisionar máquinas virtuais, permitindo a criação de <i>Namespace</i> no inventário, desde que seja devidamente licenciado;</p> <p>ag) Permitir a criação de máquinas virtuais com até 10 placas de rede;</p> <p>ah) Permitir a criação de Políticas de segurança de rede na camada 2: Não permitir mudança de MAC <i>address</i>; Não permitir <i>sniffing</i> do tráfego de rede;</p>

ITEM	PRODUTO	DESCRIÇÃO TÉCNICA
		<p>ai) Suportar tecnologias para melhoria de performance de rede, como <i>jumbo frames</i>;</p> <p>aj) Deverá suportar a criação de VLANs nas redes virtuais;</p> <p>ak) Permitir o isolamento total das máquinas virtuais, impedindo a comunicação entre as máquinas, a não ser pelo ambiente de rede em que estejam inseridas, evitando assim que o uso de uma máquina virtual interfira na segurança de outra máquina virtual;</p> <p>al) Permitir que cada máquina virtual tenha endereço IP e MAC <i>address</i> próprios;</p> <p>am) Permitir a criação através de interface gráfica de <i>switches</i> virtuais centralizados que gerenciem de forma centralizada, de todos os <i>switches</i> virtuais locais de cada servidor físico. Dessa forma a configuração de rede do ambiente virtual poderá ser feito uma única vez e replicada para todo o ambiente;</p> <p>an) O <i>switch</i> virtual distribuído deverá ser capaz de checar problemas de configuração da rede virtual e física nas configurações de VLAN, agrupamento de placas de rede e taxa de transmissão de rede (MTU);</p> <p>ao) A solução deverá ser capaz de exportar as configurações do <i>switch</i> virtual distribuído e, se necessário, importar novamente essas configurações;</p> <p>ap) Os <i>switches</i> virtuais centralizados deverão ter funcionalidades similares aos de um <i>switch</i> físico, tais como: suporte a VLAN privada; suportar pelo menos trezentos e cinquenta servidores físicos configurados em um único <i>switch</i> de rede virtual distribuído;</p> <p>aq) Permitir adicionar e remover placas de rede a uma máquina virtual sem parada de produção;</p> <p>ar) Possuir sistema de arquivos que permita ser configurado em <i>storage</i> compartilhado e que mais de um servidor físico consiga acessar o mesmo compartilhamento simultaneamente;</p> <p>as) Suportar a extensão do tamanho do disco virtual enquanto a máquina virtual permanecer ligada;</p> <p>at) Permitir adicionar disco virtual sem interrupção da máquina virtual;</p> <p>au) A solução deverá ser capaz de otimizar a utilização de disco da máquina virtual, armazenando em <i>storage</i> somente o que a máquina virtual estiver utilizando, ou seja, não alocando todo o conteúdo do disco virtual quando não for necessário;</p> <p>av) A solução deverá possuir relatórios e alertas da alocação total dos discos das máquinas virtuais se estivessem sendo totalmente utilizados;</p> <p>aw) Permitir criar perfis de <i>storage</i> de acordo com a sua performance e qualificar as máquinas virtuais de acordo com esses perfis, garantindo a utilização e gestão adequada de recursos de <i>storage</i>.</p>
03	vRealize Operations Standard or 1	III - A Plataforma de virtualização e nuvem privada VMware vSphere 6 Enterprise Plus com gerenciamento de operações devem

ITEM	PRODUTO	DESCRIÇÃO TÉCNICA
	processor + Production Support / Subscription VMware vRealize Plus for 1 processor for 3 years	<p>incluir todas as capacidades listadas no vSphere 6 Enterprise Plus, além dos recursos de monitoramento e Gerenciamento de Capacidade (vROPS) a seguir:</p> <ul style="list-style-type: none"> <li>a) Monitoramento e Gerenciamento de Capacidade (vROPS);</li> <li>b) Solução analítica pró-ativa e em tempo real de performance do ambiente;</li> <li>c) A solução deve usar sistema analítico e dinâmico para detecção de anomalias e problemas de performance;</li> <li>d) A solução NÃO deve ser baseada em <i>thresholds</i>, uma vez que eles são muito trabalhosos de se criar e manter;</li> <li>e) A solução deve ser completamente “data agnostic”, ou seja, deve poder analisar qualquer tipo de dado que seja enviado a ela de forma temporal;</li> <li>f) A solução deve ter um processo automático de análise e identificação pró-ativa de anomalias no ambiente e possíveis causas reais das anomalias antes que elas afetem o usuário final;</li> <li>g) A solução deve possuir <i>dashboard</i> integrados, para análise de performance, capacidade e configuração do ambiente em tempo real;</li> <li>h) A solução deve integrar-se totalmente com o ambiente de virtualização sem a necessidade de instalação de agentes nos servidores virtualizados;</li> <li>i) A solução deve ser capaz de entender as peculiaridades do ambiente virtual como, “<i>ballooning</i>”, funcionalidades de “<i>over comiting</i>”, funcionalidades de movimentação de máquinas virtuais entre servidores físicos, etc.. em sua análise de performance; e capacidade para que não ocorram falso positivos;</li> <li>j) A solução de análise de performance deve possuir uma integração nativa com a plataforma da virtualização proposta;</li> <li>k) A solução deve ser implementada em arquitetura WEB;</li> <li>l) A solução deve conseguir mostrar em um único <i>dashboard</i> os <i>Data Centers</i> da organização, os <i>hosts</i> que eles possuem, as máquinas virtuais desses <i>hosts</i>, além de mostrar o impacto que uma máquina virtual pode ocasionar em seu <i>host</i>;</li> <li>m) A solução deve possuir capacidade de, através de seu sistema analítico, avisar proativamente sobre problemas de performance antes que eles ocorram, sem se basear em <i>thresholds</i> estáticos;</li> <li>n) A ferramenta de análise de performance da solução deve possuir característica de aprender o comportamento do ambiente e sua sazonalidade;</li> <li>o) A solução deve conseguir demonstrar um “<i>health score</i>” de todo seu ambiente, como também separado por <i>Data Center</i>, <i>cluster</i>, <i>servidor host</i>, e máquina virtual, em tempo real das operações da organização, de forma gráfica;</li> <li>p) A solução deve possuir uma arquitetura flexível, podendo ser implementada totalmente de forma virtual;</li> <li>q) A solução deve ser capaz de contabilizar e analisar em tempo real todas as anomalias que estão ocorrendo no ambiente;</li> </ul>

ITEM	PRODUTO	DESCRIÇÃO TÉCNICA
		<p>r) A solução deve ser capaz de demonstrar o estado do ambiente da organização através de “<i>heatcharts</i>”, que é a forma mais fácil de se visualizar muitas máquinas de forma simultânea;</p> <p>s) A solução deve possuir habilidade de fazer análises “<i>what-if</i>” do ambiente criando-se vários cenários. Na criação desses cenários, a solução deve levar em conta todas as funcionalidades e métricas intrínsecas a um ambiente virtual como “<i>ballooning</i>”, e outras funcionalidades de “<i>overcommit</i>”;</p> <p>t) A solução deve ser capaz de identificar as máquinas virtuais que nunca foram ligadas;</p> <p>u) A solução deve identificar quais máquinas virtuais estão super dimensionadas e também sugerir a configuração ideal delas;</p> <p>v) A solução deve ter capacidade de projetar no tempo quando o ambiente estará sofrendo de contenção e qual tipo de contenção: memória, processamento, disco, rede, <i>storage</i>;</p> <p>w) A solução deve ser capaz de fazer análise histórica do uso de recursos;</p> <p>x) A solução deve ser capaz de criar gráficos de forma automática, para fácil entendimento;</p> <p>y) A solução deve ser capaz de identificar os <i>hosts</i> que estão sobrecarregados ou subutilizados;</p> <p>z) A solução deve ser capaz de identificar a capacidade restante em seu ambiente virtualizado.</p>
04	VMware vCenter Server 6 Standard for vSphere 6 (Per Instance) for 3 years	<p>IV - A solução de gerenciamento de plataformas de virtualização deve conter:</p> <p>a) Capacidade de gestão de pelo menos dez mil máquinas virtuais em funcionamento simultâneo;</p> <p>b) Suportar pelo menos trezentas conexões administrativas simultâneas;</p> <p>c) Deverá permitir gerência centralizada de todo o parque virtualizado, a partir de uma única console;</p> <p>d) Possuir console centralizada WEB, para acesso ao ambiente de virtualização;</p> <p>e) A console WEB deverá suportar <i>Mozilla FireFox</i>, <i>Internet Explorer</i> e <i>Google Chrome</i>;</p> <p>f) A Console de gerência centralizada deverá permitir a criação de <i>workflows</i>, para automação e orquestração os processos de virtualização;</p> <p>g) Deverá permitir o compartilhamento dos recursos físicos do servidor entre as máquinas virtuais, com possibilidade de definir a quantidade mínima e máxima de CPUs e memória para cada máquina virtual;</p> <p>h) Deverá permitir o compartilhamento dos recursos físicos do servidor entre as máquinas virtuais, com possibilidade de definir a saída de banda de rede para cada máquina virtual;</p>

ITEM	PRODUTO	DESCRIÇÃO TÉCNICA
		<p>i) Permitir a criação de ambiente de alta disponibilidade (<i>cluster</i> ou tecnologia equivalente ou superior) entre as máquinas virtuais, independentemente de se estas estão em servidores físicos diferentes ou não;</p> <p>j) Permitir funcionalidade de migração de uma máquina virtual desde uma máquina física para outra máquina física, sem necessidade de interrupção dos serviços da máquina virtual;</p> <p>k) Permitir a migração de máquinas virtuais entre diferentes servidores físicos, para fins de manutenção, balanceamento de carga e ou <i>upgrades</i>, sem desligamento da máquina virtual e sem interrupção do serviço utilizando <i>storage</i> compartilhado;</p> <p>l) Permitir no mínimo 4 migrações simultâneas de máquinas virtuais entre dois servidores físicos simultaneamente;</p> <p>m) Permitir que as migrações distribuam a carga entre duas placas de rede;</p> <p>n) Permitir migração de máquinas virtuais entre diferentes servidores físicos sem precisar de <i>storage</i> compartilhado, sem desligamento da máquina virtual e sem interrupção do serviço;</p> <p>o) Possuir funcionalidades de detecção de falha de uma máquina física, migrando automaticamente as máquinas virtuais afetadas para controle de outra máquina física e procedendo à sua ativação automaticamente.</p> <p>p) Deverá suportar um grupo de até 64 servidores simultaneamente;</p> <p>q) Possuir funcionalidades de detecção de falha de uma máquina física, migrando automaticamente as máquinas virtuais afetadas para controle de outra máquina física e procedendo à sua ativação automaticamente sem parada de produção, ou seja, com zero de tempo de inatividade;</p> <p>r) Possuir funcionalidades de detecção de falha do sistema operacional de uma máquina virtual, procedendo à sua ativação automaticamente após um período pré-definido;</p> <p>s) Permitir priorizar automaticamente determinado recurso (CPU e memória) a determinada máquina virtual no caso de concorrência de recurso sem necessidade de desligar a máquina virtual;</p> <p>t) Permitir que ferramentas de <i>backup</i>, tais como, <i>Tivoli</i>, <i>Netbackup</i> realizem <i>backup</i> e recuperação incrementais, diferenciais e de imagem completa de máquinas virtuais para os sistemas operacionais Windows e Linux centralizados, sem agentes. O <i>backup</i> passa a ser feito na camada de virtualização. O gerenciamento é feito por serviço de <i>backup</i>, eliminando o peso do <i>backup</i> sobre os servidores físicos ou máquinas virtuais;</p> <p>u) Permitir que ferramentas de terceiros façam o <i>backup</i> de imagens de múltiplas máquinas virtuais simultaneamente sem a necessidade de desligá-las;</p> <p>v) Permitir a criação de novas máquinas virtuais através de modelos já criados (biblioteca de <i>templates</i>), e prontos para</p>

ITEM	PRODUTO	DESCRIÇÃO TÉCNICA
		<p>serem instalados em qualquer servidor físico que componha o ambiente de servidores consolidados;</p> <p>w) Permitir a visualização gráfica da topologia da infraestrutura virtual;</p> <p>x) Permitir criar modelos de configurações para <i>hosts</i> físicos e replicá-los para outros <i>hosts</i> da solução de virtualização;</p> <p>y) Permitir o monitoramento em tempo real e otimizar a utilização dos recursos não utilizados pelos <i>hardwares</i>;</p> <p>z) Permitir monitoramento da utilização individual de cada servidor físico e de cada máquina virtual criada;</p> <p>aa) Permitir configurar faixas de alarme para monitoração de CPU, memória, rede e disco que alertem após um período de tempo pré-definido no estado de alerta;</p> <p>ab) Permitir monitoração e notificação de alertas parametrizados através de <i>e-mail</i>, <i>traps</i> SNMP e <i>scripts</i>;</p> <p>ac) Permitir exportar dados de performance no formato de Excel e HTML;</p> <p>ad) Permitir agendamento de tarefas tais como desligar, mover, criar, ligar máquinas virtuais;</p> <p>ae) Permitir parar, iniciar, suspender, reiniciar máquinas virtuais;</p> <p>af) Permitir o ajuste de uso de CPU e memória por máquina virtual;</p> <p>ag) Permitir adicionar CPU e memória a uma máquina virtual sem parada de produção;</p> <p>ah) Permitir armazenar dados e estatísticas de monitoração;</p> <p>ai) Permitir criação de recursos de alta disponibilidade para toda infraestrutura virtual. No caso de perda de um servidor físico, isto deve significar apenas menos recursos e não indisponibilidade de servidores. As máquinas virtuais serão reiniciadas automaticamente, onde houver recursos;</p> <p>aj) Permitir coletar informações de performance de servidores físicos, analisar e sugerir cenários para a consolidação dos servidores físicos em máquinas virtuais. A consolidação sugerida pode ser feita com servidores físicos existentes ou adicionando novos servidores com suas respectivas configurações de <i>hardware</i>;</p> <p>ak) Ser capaz de configurar através de interface gráfica a associação de uma ou mais placas de rede a uma máquina virtual, permitindo a distribuição de carga entre as placas de rede e configuração de tolerância a falhas;</p> <p>al) Permitir múltiplos <i>snapshots</i> de uma máquina virtual a quente;</p> <p>am) Possuir API para integração com a console de gerenciamento das máquinas virtuais;</p> <p>an) Permitir integração com a console de gerenciamento através de <i>Web Service</i>;</p>

ITEM	PRODUTO	DESCRIÇÃO TÉCNICA
		<p>ao) Permitir que máquinas virtuais se conectem a dispositivos USB conectados ao servidor físico;</p> <p>ap) Permitir integração com o sistema de diretórios MICROSOFT ACTIVE DIRECTORY e OPEN LDAP, possibilitando integrar a estrutura de usuários com a hierarquia de segurança dos grupos de servidores e máquinas virtuais sem precisar alterar o esquema do serviço de diretório;</p> <p>aq) Possuir funcionalidade para automatização da aplicação de atualizações no sistema operacional utilizado para virtualização;</p> <p>ar) Possuir funcionalidade para automatização da aplicação de atualizações nas máquinas virtuais com sistema operacional Microsoft Windows de maneira centralizada e sem interrupção de serviço;</p> <p>as) Permitir gerenciar o acesso a console de administração de forma granular. Dessa forma, cada usuário ou grupo terá uma quantidade de ações que ele pode executar na console de administração;</p> <p>at) A console de gerenciamento deverá permitir no mínimo a granularidade de acesso para as seguintes ações: ligar uma ou mais máquinas virtuais; desligar uma ou mais máquinas virtuais; criar máquinas virtuais; remover máquinas virtuais; criar <i>templates</i> de máquinas virtuais; criar <i>cluster</i> de máquinas virtuais; adicionar e remover um servidor físico à console de gerenciamento; criar grupos de permissão e associar a usuários;</p> <p>au) Deverá possuir granularidade de permissão a nível de <i>cluster</i>, servidor físico e máquina virtual;</p> <p>av) Permitir utilização de soluções de segurança de mercado que façam a análise e remoção de “<i>malware</i> – ameaças” na camada do “<i>hypervisor</i>”, eliminando a necessidade da instalação de agentes no nível da máquina virtual;</p> <p>aw) Permitir proteção das máquinas virtuais e seus dados integrando com ferramentas terceiras de <i>backups</i> em disco e permitindo que elas façam <i>backup</i> sem a necessidade de agente instalado nas máquinas virtuais, com deduplicação, para reduzir o uso do espaço de <i>backup</i> em disco, tudo isso de forma agendada;</p> <p>ax) Permitir replicação de máquinas virtuais “<i>power-on</i>” de um servidor físico (<i>host</i>) para outro via rede WAN ou LAN, sem necessidade de uma solução de <i>storage</i> com replicação nativa.</p>
05	Citrix Hypervisor Standard	<p>V - Plataforma básica de virtualização comercial contendo:</p> <p>a) um <i>hipervisor</i> de 64 bits;</p> <p>b) um domínio de controle de 64 bits para gerenciar o <i>pool</i> de recursos e cargas de trabalho em execução no hospedeiro;</p> <p>c) uma lista de compatibilidade de <i>hardware</i> - HCL - com OEMs de <i>hardware</i>, com vistas a garantir que todos os tipos de <i>hardware</i> comumente usados sejam testados e compatíveis com o <i>hipervisor</i>;</p>



ITEM	PRODUTO	DESCRIÇÃO TÉCNICA
		<p>d) gerenciamento de vários servidores com interface GUI;</p> <p>e) integração com <i>Active Directory</i>;</p> <p>f) administração e controle baseados em funções (RBAC), que permitem atribuir usuários, funções e permissões, para controlar quem tem acesso a <i>hosts</i> do <i>hipervisor</i>;</p> <p>g) capacidade de agrupar várias VMs, para iniciar, desligar, definir políticas de ordem de alta disponibilidade e recuperação;</p> <p>h) controle dinâmico de memória (DMC) que ajuste automaticamente a quantidade de memória disponível para uso pelo sistema operacional de uma VM convidada. Ao especificar valores mínimos e máximos de memória, possibilita uma maior densidade de VMs por servidor hospedeiro;</p> <p>i) capacidade de monitorar a carga de trabalho da VM e o desempenho da infraestrutura do <i>host</i>, para obter métricas de computação, memória, rede e disco; alertas administrativos também podem ser definidos;</p> <p>j) mecanismo para capturar o estado instantâneo de um armazenamento, memória e metadados de VM em um determinado momento, aproveitando o serviço de cópias de volume (VSS) do Microsoft Windows para gerar instantâneos de pontos no tempo consistentes com o aplicativo (fechado para novas sessões);</p> <p>k) migração dinâmica de cargas de trabalho de computação de VM entre dois hospedeiros diferentes em um <i>pool</i> de recursos, permitindo que os administradores gerenciem manualmente a propagação da carga em sua infraestrutura e eliminem quaisquer interrupções por <i>downtime</i> planejado da infraestrutura;</p> <p>l) instantâneos programados que permitam aos administradores agendar capturas por hora, dia ou semana de uma ou mais VMs. Também permitam configurar o número máximo de instantâneos agendados, nos quais o instantâneo mais antigo vai sendo excluído de forma contínua, para ajudar no ciclo de vida do gerenciamento de instantâneos;</p> <p>m) <i>uploads</i> automatizados do status da infraestrutura para <i>Citrix</i>, permitindo que os administradores de TI gerem relatórios, para determinar a integridade da infraestrutura e se necessita de atualizações ou se está configurada incorretamente;</p> <p>n) gerenciamento de contêineres do <i>Docker</i>, que permita que os administradores de infraestrutura monitorem e gerenciem ambientes, aproveitando as implementações do <i>Docker</i> baseadas em Linux ou Windows;</p> <p>o) <i>Rolling Pool Upgrade</i> (RPU) - um recurso que elimina o tempo de inatividade ao atualizar <i>hosts</i> do <i>hipervisor</i>. O RPU corrige de forma autônoma todos os hospedeiros em um <i>pool</i>, removendo e repatriando VMs com a migração dinâmica, conforme necessário;</p> <p>p) <i>Hipervisor</i> que suporte um tamanho máximo de pool de 64 <i>hosts</i>.</p> <p>q) suporte para execução de VMs com o mais recente sistema operacional de servidor da Microsoft;</p> <p>r) suporte para inicialização UEFI em VMs Windows 10, Windows Server 2016 e 2019 de 64 bits recém-criadas;</p>

ITEM	PRODUTO	DESCRIÇÃO TÉCNICA
		<p>s) grupos básicos de segurança de rede, disponíveis com uma rede <i>Open Virtual Switch</i> (OVS);</p> <p>t) controlador de <i>switch virtual</i> distribuído (DVSC);</p> <p>u) redes privadas entre hospedeiros;</p> <p>v) o suporte para placas de rede compatíveis com SR-IOV oferece rede de alto desempenho para máquinas virtuais.</p> <p>w) Permitir o uso da virtualização de E/S de raiz única (SR-IOV) para permitir que um único dispositivo PCI apareça como vários dispositivos PCI no sistema físico;</p> <p>x) o uso do IGMP <i>snooping</i>, para direcionar o tráfego multicast IPv4 apenas para as VMs que se registraram para escutar esse multicast específico;</p> <p>y) <i>High Availability</i> (HA) de proteção contra falhas de hospedeiro;</p> <p>z) gerenciador de recuperação de <i>sites</i>;</p> <p>aa) conectividade com todos os tipos de armazenamento local e compartilhado, incluindo EXT3, NFS v3 e v4, iSCSI e FC HBA e FCoE aberto;</p> <p>ab) inicialização de <i>software</i> de iSCSI;</p> <p>ac) migração de VM dinâmica <i>Shared Nothing</i>;</p> <p>ad) migração dinâmica de armazenamento de uma VM, sem <i>downtime</i>, e sem mover o aspecto de computação da VM;</p>
06	Citrix Hypervisor Premium	<p>VI - Plataforma básica de virtualização comercial contendo:</p> <p>a) um <i>hipervisor</i> de 64 bits;</p> <p>b) um domínio de controle de 64 <i>bits</i> para gerenciar o <i>pool</i> de recursos e cargas de trabalho em execução no hospedeiro;</p> <p>c) uma lista de compatibilidade de <i>hardware</i> - HCL - com OEMs de <i>hardware</i>, com vistas a garantir que todos os tipos de <i>hardware</i> comumente usados sejam testados e compatíveis com o <i>hipervisor</i>;</p> <p>d) o gerenciamento de vários servidores com interface GUI;</p> <p>e) integração com <i>Active Directory</i>;</p> <p>f) administração e controle baseados em funções (RBAC), que permite atribuir usuários, funções e permissões, para controlar quem tem acesso a <i>hosts</i> do <i>hipervisor</i>;</p> <p>g) capacidade de agrupar várias VMs, para iniciar, desligar, definir políticas de ordem de alta disponibilidade e recuperação;</p> <p>h) controle dinâmico de memória (DMC) - que ajusta automaticamente a quantidade de memória disponível para uso pelo sistema operacional de uma VM hospedada. Ao especificar valores mínimos e máximos de memória, possibilita-se uma maior densidade de VMs por servidor hospedeiro;</p> <p>i) capacidade de monitorar a carga de trabalho da VM e o desempenho da infraestrutura do <i>host</i>, para obter métricas de</p>

ITEM	PRODUTO	DESCRIÇÃO TÉCNICA
		<p>computação, memória, rede e disco; também podem ser definidos alertas administrativos;</p> <p>j) mecanismo para capturar o estado instantâneo de um armazenamento, memória e metadados de VM em um determinado momento, aproveitando o serviço de cópias de volume (VSS) do Microsoft Windows, para gerar instantâneos de pontos no tempo, consistentes com o aplicativo (fechado para novas sessões);</p> <p>k) migração dinâmica de cargas de trabalho de computação de VM entre dois hospedeiros diferentes em um <i>pool</i> de recursos, que permite que os administradores gerenciem manualmente a propagação da carga em sua infraestrutura e eliminem quaisquer interrupções por <i>downtime</i> planejado da infraestrutura;</p> <p>l) aplicação dinâmica de <i>patches</i>, que permite que os administradores de infraestrutura corrijam o <i>hypervisor</i> sem precisar migrar VMs do <i>host</i>, desligar nem suspender VMs;</p> <p>m) atualização automatizada que possibilite que as <i>hotfixes</i> de infraestrutura do <i>hypervisor</i> possam ser implementados a partir da linha de comandos ou <i>XenCenter</i>, e em lotes, baixando automaticamente as <i>hotfixes</i> necessárias para simplificar ainda mais o gerenciamento da plataforma do <i>hypervisor</i>;</p> <p>n) instantâneos programados, que permitem aos administradores agendar capturas por hora, dia ou semana de uma ou mais VMs. Também permitem configurar o número máximo de instantâneos agendados, nos quais o instantâneo mais antigo vai sendo excluído de forma contínua, para ajudar no ciclo de vida do gerenciamento de instantâneos;</p> <p>o) <i>uploads</i> automatizados do status da infraestrutura para <i>Citrix</i>, permitindo que os administradores de TI gerem relatórios para determinar a integridade da infraestrutura e se precisa de atualizações ou se está configurada incorretamente;</p> <p>p) entrega e aplicação de <i>patches</i> automatizadas de <i>drivers</i> de VM do Windows, do <i>Citrix Hypervisor</i> via <i>Windows Update</i> (WSUS), simplificando drasticamente o gerenciamento de implantações de VM em larga escala;</p> <p>q) gerenciador de conversão do <i>hypervisor</i>, que permite aos administradores de TI migrar VMs em lote das infraestruturas do <i>VMware vSphere</i> para o <i>Citrix Hypervisor</i>. Os sistemas operacionais Windows e Linux podem ser migrados com etapas e esforços mínimos;</p> <p>r) balanceamento dinâmico de carga de trabalho e relatórios de auditoria (WLB), que oferece aos administradores de sistemas uma visão do desempenho do sistema, permitindo otimização da infraestrutura, gerenciamento de energia do hospedeiro e relatórios de auditoria;</p> <p>s) exportação para uma planilha, de todos os objetos na visualização de infraestrutura do <i>XenCenter</i>;</p> <p>t) gerenciamento de contêineres do <i>Docker</i>, que permite que os administradores de infraestrutura monitorem e gerenciem</p>

ITEM	PRODUTO	DESCRIÇÃO TÉCNICA
		<p>ambientes, aproveitando as implementações do <i>Docker</i> baseadas em Linux ou Windows;</p> <p>u) <i>Rolling Pool Upgrade</i> (RPU), um recurso que elimina o tempo de inatividade ao atualizar <i>hosts</i> do <i>hipervisor</i>. O RPU corrige de forma autônoma todos os hospedeiros em um <i>pool</i>, removendo e repatriando VMs com a migração dinâmica, conforme necessário;</p> <p>v) o hipervisor suporta um tamanho máximo de pool de 64 hosts. Uma cópia não licenciada do Hipervisor é limitada a 3 hosts por <i>pool</i>;</p> <p>w) suporte para execução de VMs com o mais recente sistema operacional de servidor da Microsoft;</p> <p>x) suporte para inicialização UEFI em VMs Windows 10, Windows Server 2016 e 2019 de 64 bits recém-criadas;</p> <p>y) grupos básicos de segurança de rede, disponíveis com uma rede OVS; os grupos de segurança são um método de isolamento de locatários normalmente usado por produtos de gerenciamento de nuvem, como o <i>Accelerite CloudPlatform</i>;</p> <p>z) <i>Open Virtual Switch</i> (OVS);</p> <p>aa) Controlador de <i>switch</i> virtual distribuído (DVSC);</p> <p>ab) redes privadas entre hospedeiros;</p> <p>ac) suporte para placas de rede compatíveis com SR-IOV, que oferece rede de alto desempenho para máquinas virtuais. O <i>Citrix Hypervisor</i> permite o uso da virtualização de E/S de raiz única (SR-IOV), para permitir que um único dispositivo PCI apareça como vários dispositivos PCI no sistema físico;</p> <p>ad) uso do IGMP <i>Snooping</i>, para direcionar o tráfego <i>multicast</i> IPv4 apenas para as VMs que se registrarem para escutar esse <i>multicast</i> específico;</p> <p>ae) <i>High Availability</i> (HA) de proteção contra falhas de hospedeiro;</p> <p>af) gerenciador de recuperação de <i>sites</i>;</p> <p>ag) conectividade com todos os tipos de armazenamento local e compartilhado, incluindo EXT3, NFS v3 e v4, iSCSI e FC HBA e FCoE aberto;</p> <p>ah) conectividade de armazenamento SMB, para criar repositórios de armazenamento (SR, <i>storage repositories</i>) de <i>Citrix Hypervisor</i>, baseados em armazenamento SMB (<i>Server Message Block</i>), seja uma matriz baseada em <i>hardware</i> ou um servidor de armazenamento baseado em Windows;</p> <p>ai) inicialização de <i>software</i> de iSCSI;</p> <p>aj) migração de VM dinâmica <i>Shared Nothing</i>;</p> <p>ak) migração dinâmica de armazenamento de uma VM, sem <i>downtime</i>, e sem mover o aspecto de computação da VM;</p> <p>al) repositório de armazenamento GFS2 - o GFS2 é um sistema de arquivos em disco compartilhado baseado em Linux para armazenamento em bloco. A ativação da opção do GFS2 como</p>

ITEM	PRODUTO	DESCRIÇÃO TÉCNICA
		<p>repositório de armazenamento oferece custos de armazenamento reduzidos com provisionamento dinâmico de recursos de armazenamento em bloco;</p> <p>am) rastreamento de bloco alterado - as APIs de rastreamento de bloco alterado do <i>Citrix Hypervisor</i> permitem que os fornecedores de <i>backup</i> desenvolvam soluções de <i>backup</i> mais eficientes, de modo que somente os blocos alterados sejam copiados após o <i>backup</i> inicial da VM;</p> <p>an) virtualização de GPU - permite suporte a GPU 3D virtualizado para várias VMs por hospedeiro de GPU, com o suporte mais abrangente do fornecedor da GPU. Com desempenho superior quando comparado à emulação de <i>software</i>, muitos usuários podem aproveitar gráficos aprimorados para todos os tipos de aplicativos de suporte;</p> <p>ao) migração dinâmica de vGPU - permite a migração ao vivo de VMs em execução habilitadas para GPU. O vGPU <i>Live Migration</i> melhora a experiência do usuário, permitindo que os administradores reequilibrem VMs ativadas por GPU entre <i>hosts</i> de <i>pools</i>, para melhorar o desempenho da VM. O vGPU <i>Live Migration</i> também aprimora a produtividade do usuário, permitindo que ele permaneça produtivo durante manutenção inesperada. O vGPU <i>Live Migration</i> está disponível após a liberação de uma nova versão de <i>software</i> e placas gráficas de fornecedores de GPU suportados;</p> <p>ap) instantâneos de disco e memória de VMs habilitadas para vGPU - quando um instantâneo de disco e memória de uma VM habilitada para vGPU é obtido, o estado da VM inclui o estado da vGPU;</p> <p>aq) suporte para várias vGPUs NVIDIA - para GPUs NVIDIA e <i>drivers</i> que suportam várias vGPUs, pode-se configurar uma única VM, para usar simultaneamente várias GPUs virtuais. Essas vGPUs adicionais podem ser usadas para executar o processamento computacional;</p> <p>ar) APIs <i>Direct Inspect</i> - as APIs de "<i>memory insight</i>" permitem que fornecedores de <i>software</i> de segurança de terceiros criem e integrem produtos de segurança sem agente, para uma proteção "melhor que física" contra atividades mal-intencionadas (vírus, <i>malware</i> e <i>rootkits</i>);</p> <p>as) Inicialização medida Proteger contra ataques em nível <i>hypervisor</i> - para proteger de ataques, mediante inicialização pelo <i>hypervisor</i>. A integração com <i>Intel TXT</i> utiliza microprocessadores de <i>hardware</i> para garantir que o <i>hypervisor</i> não tenha sido violado;</p> <p>at) <i>tags</i> seguras - o aproveitamento da inicialização medida permite que cargas de trabalho protegidas com segurança e <i>tags</i> de infraestrutura de hospedagem sejam usadas para conformidade comercial, garantindo que as VMs protegidas sejam executadas apenas no <i>hardware</i> de infraestrutura apropriado;</p> <p>au) virtualização aninhada para a plataforma segura de suporte de virtualização da Bromium. Usando a tecnologia de micro</p>

ITEM	PRODUTO	DESCRIÇÃO TÉCNICA
		virtualização, as VMs são protegidas contra ameaças pelo isolamento de <i>hypervisor</i> imposto pelo chip do processador.

#### 4. JUSTIFICATIVA PARA A CONTRATAÇÃO

##### 4.1. Contextualização e Justificativa da Contratação

4.1.1. A aquisição centralizada de solução de virtualização é motivada pela materialidade em termos do total de gastos previstos para 2020 e da quantidade de iniciativas fragmentadas de aquisição nos diferentes Planos Anuais de Contratações (PAC) dos órgãos da administração pública.

4.1.2. A categoria genérica *software*, levantada nos PACs dos órgãos, é a segunda maior iniciativa em termos de volume financeiro previsto para 2020, alcançando a ordem de R\$ 907 milhões, distribuídos em mais de 2.600 ações. Destas, pouco mais de R\$ 77,41 milhões são específicas para soluções de virtualização em 76 iniciativas.

4.1.3. Conforme estudo técnico preliminar realizado no âmbito do planejamento da contratação, considerando ambos os tipos de virtualizadores (I - *Bare-metal* e II - *Hosted*), constatou-se que há duas linhas de produtos relacionadas a virtualização do Tipo-I (em *bare-metal*) com materialidade no perfil de demanda registrado no PGC para o ano de 2020, quais sejam: produtos VMWARE e produtos CITRIX.

4.1.4. Identificaram-se também demandas relacionadas aos virtualizadores do Tipo-II (*hosted*). Contudo, a análise da forma de comercialização e do modelo de negócio desses produtos evidenciou que tais virtualizadores integram em conjunto os sistemas operacionais dos fabricantes. Dessa forma, não pertencem ao escopo desta contratação, por possuírem modelo de comercialização próprio.

4.1.5. Os produtos VMWARE e CITRIX destacaram-se em termos de pretensão de investimento pelos órgãos que registraram demanda, ou seja, 75% do gasto previsto em virtualizadores para 2020 lançados no sistema PGC concentra-se nesses dois fabricantes. O Estudo Técnico Preliminar (SEI-ME 7524633) também apontou que o processo de decisão pela adoção de um ou outro tipo de produto, além do tipo de virtualizador (em *bare-metal* ou *hosted*), deve ser precedido de uma análise qualitativa e quantitativa que abranja as necessidades individualizadas, perfil das cargas de trabalho, perfil operacional já alocado, base instalada relacionada ao virtualizador já utilizado, entre outros fatores inerentes à realidade de cada órgão.

4.1.6. Portanto, compete a cada órgão ou entidade promover o estudo comparativo de soluções, incluindo a análise de custo total de propriedade para cada solução, com vistas a avaliar a opção mais adequada em termos quantitativos (custos totais) e qualitativos (atendimento às necessidades).

4.1.7. Nesse sentido, a centralização da aquisição de licenças de *software* de virtualização possui um significativo potencial de redução de custos administrativos (com a consolidação de cerca de 76 processos de licitação) e de redução do valor unitário das licenças por meio do potencial ganho de escala (da ordem de 8% a mais do que em processos descentralizados) em função da quantidade de iniciativas previstas para 2020.

4.1.8. Além do potencial de economia, a centralização da aquisição padroniza as especificações das soluções com vistas a estabelecer um padrão de qualidade e desonera os órgãos de alocar recursos humanos especializados na especificação técnica do objeto, além de reduzir a ocorrência de processos licitatórios de menor porte.

4.1.9. Ademais, nos termos do art. 2º da Portaria nº 103, de 21 de março de 2019, que institui o Subcomitê de Compras e Contratos Centralizados do Ministério da Economia, a aquisição centralizada de licenças de *software* de virtualização atende aos seguintes critérios direcionadores:

- a) custos totais para o atendimento de necessidades de bens e serviços, englobando eventuais despesas com contratos e demais gastos necessários ao atendimento, como recursos materiais, imóveis e pessoas;
- b) possibilidade de centralização da seleção do fornecedor, com ganhos de escala;
- c) oportunidades de padronização de bens e serviços.

4.1.10. Por fim, a aquisição centralizada de licenças de *software* de virtualização integra o rol de ações previstas na implementação do processo de gestão estratégica de grandes fabricantes de soluções de TI proposta

pela Secretaria de Governo Digital desta Pasta (SGD-ME), como forma de atendimento às determinações do Acórdão nº 2.569/2018 TCU-Plenário, buscando mitigar as disfunções de preços finais ocasionadas pela compra descentralizada e alcançar maior economia de escala e processual para o suprimento das necessidades de diversas instituições públicas.

#### 4.2. Alinhamento aos Instrumentos de Planejamento Institucionais

4.2.1. Segundo o Art. 7º da [Instrução Normativa SGD/ME nº 1, de 4 de abril de 2019](#), "as contratações de soluções de TIC deverão constar no Plano Anual de Contratações, nos termos da Instrução Normativa SEGES/ME nº 1, de 10 de janeiro de 2019". Tais contratações deverão, ainda, guardar alinhamento ao Plano Diretor de Tecnologia da Informação dos órgãos ou entidades contratantes, conforme comanda o art. 6º, inciso I da IN SGD/ME nº 01/2019.

4.2.2. Nos termos do Art. 131 do [Decreto nº 9.745, de 8 de abril de 2019](#), integra o rol de competências da Central de Compras planejar, coordenar, supervisionar e executar atividades para realização de aquisições, contratações e gestão de produtos e serviços de tecnologia da informação e comunicação (TIC), de uso comum, para atender aos órgãos e às entidades da administração pública federal.

4.2.3. A presente aquisição também guarda alinhamento com a Estratégia de Governo Digital (EGD), no tocante ao **Objetivo Estratégico 16**, qual seja: otimização das infraestruturas de tecnologia da informação no Governo Federal. Para alcance desse objetivo estratégico, a EGD/ME enuncia como iniciativa (**Iniciativa nº 16.1**) a realização de, no mínimo, seis compras centralizadas de bens e serviços comuns de TIC até 2022, com a participação dos órgãos da Administração Pública, conforme disposto no Anexo do [Decreto nº 10.332, de 28 de abril de 2020](#).

4.2.4. Segundo estudo constante do Relatório Preliminar de Inteligência Interna nº 6 (SEI-ME 5579532), identificou-se que a contratação de Softwares de Virtualização consta em cerca de 76 iniciativas registradas nos diferentes PACs de órgãos da administração pública.

4.2.5. Nesse sentido, a licitação centralizada de softwares de virtualização está alinhada à EGD e ao PAC dos órgãos da administração pública, que por sua vez são responsáveis por permitir o respectivo alinhamento aos PDTICs vigentes, nos termos do Art. 6º da IN SGD/ME nº 01/2019.

#### 4.3. Do uso do Registro de Preços

4.3.1. Será adotado o Sistema de Registro de Preços (SRP), regulamentado pelo [Decreto nº 7.892, de 23 de janeiro de 2013](#), no âmbito do presente certame. A CENTRAL DE COMPRAS funcionará como órgão gerenciador e os ÓRGÃOS e ENTIDADES incluídos como Órgãos Participantes.

4.3.2. A adoção do Sistema de Registro de Preços para a presente contratação fundamenta-se no inciso III do artigo 3º do Decreto 7.892/2013, qual seja: será adotado o SRP quando for conveniente a aquisição de bens ou a contratação de serviços para atendimento a mais de um órgão ou entidade, ou a programas de governo. Nesse sentido, a presente contratação almeja suprir a demanda dos órgãos que registraram as iniciativas no sistema PGC para o PAC do ano de 2020.

4.3.3. Qualquer órgão ou entidade integrante da administração pública poderá ser autorizado a utilizar a Ata de Registro de Preços durante a sua vigência, devendo, para tanto, consultar a Central de Compras sobre a possibilidade de adesão, nos termos do art. 22, do Decreto n.º 7.892/2013.

4.3.4. As adesões à ata de registro de preços são limitadas, na totalidade, ao dobro do quantitativo de cada item registrado na ata de registro de preços para o órgão gerenciador e órgãos participantes, independente do número de órgãos não participantes que eventualmente fizerem a adesão.

4.3.5. A possibilidade de adesão tardia justifica-se nesse certame tendo em vista a natureza da execução do processo de centralização de compras. A central de Compras no exercício de suas atribuições objetiva maximizar o alcance de seus processo àquelas instituições que possuem demandas similares ao objeto da contratação e que por diferentes circunstâncias não conseguiram registrar tal demanda no momento da realização da IRP. Ademais a IN. nº 01/2019 SGD/ME torna obrigatória a execução de todas as etapas da fase de Planejamento da Contratação, independentemente do tipo de contratação, inclusive nos casos de formação de Ata de Registro de Preços. Portanto, não é raro que órgãos e entidades percam o prazo de registro de

intenção na realização dos processos de planejamento. Nesse contexto, a previsão de utilização do instituto de adesão tardia torna-se fundamental para que aqueles órgãos que não conseguiram efetuar o registro da demanda na formação da Ata não deixem de se beneficiar das vantagens trazidas pela centralização da contratação. Em especial, do ganho de escala obtido com os volumes demandados com a centralização.

#### 4.4. Estimativa da demanda

4.4.1. A estimativa da demanda de licenças de *software* de virtualização será consolidada após a finalização da IRP (Intenção de Registro de Preços) e refletida nesse TR. A estimativa atual resultou de uma projeção estatística realizada sobre os dados colhidos do sistema de planejamento e gerenciamento de contratações - PGC -, com base nas demandas registradas pelos órgãos da administração pública previstas para o ano de 2020.

#### 4.5. Parcelamento da Solução de TIC

4.5.1. A Súmula TCU nº 247 dispõe que é obrigatória, como regra, a admissão da adjudicação por item e não por preço global de lotes, nos editais das licitações para a contratação de obras, serviços, compras e alienações, cujo objeto seja divisível, desde que não haja prejuízo para o conjunto ou complexo ou perda de economia de escala, tendo em vista o objetivo de propiciar a ampla participação de licitantes que, embora não dispondo de capacidade para a execução, fornecimento ou aquisição da totalidade do objeto, possam fazê-lo com relação a itens ou unidades autônomas, devendo as exigências de habilitação adequar-se a essa divisibilidade.

4.5.2. Pelo exposto a solução será parcelada em itens com vistas a assegurar a observância à Instrução normativa nº 01/2020 SGD/ME e Súmula TCU nº 247 considerando que não há prejuízo ao conjunto da solução ou comprometimento do ganho de escala.

#### 4.6. Resultados e benefícios a serem alcançados

4.6.1. Pretende-se alcançar os seguintes resultados e benefícios:

- a) Economia no valor da contratação em função do ganho de escala da compra centralizada;
- b) Eficiência com a redução do custo administrativo processual em função da redução da fragmentação de processos licitatórios;
- c) Efetividade com a padronização dos serviços e aumento da qualidade das especificações técnicas;
- d) Eficácia com o atendimento das necessidades de diversas instituições que cadastraram suas necessidades de contratação de licenças de *software* de virtualização;

### 5. ESPECIFICAÇÃO DOS REQUISITOS DA CONTRATAÇÃO

#### 5.1. Requisitos de Negócio

5.1.1. As necessidades de negócio, também chamadas de requisitos do negócio, segundo o Corpo de Conhecimento de Análise de Negócios (Guia BABOK v. 2.0), são metas de mais alto nível, objetivos ou necessidades da organização. Descrevem as razões pelas quais um projeto foi iniciado, os objetivos que o projeto vai atingir e as métricas que serão utilizadas para medir o seu sucesso. Nesse sentido, a presente seção visa descrever as necessidades de negócios que conduzirão as análises de soluções e definição da solução mais adequada a tais objetivos organizacionais, conforme relação a seguir:

- a) Atender às demandas registradas nos Planos Anuais de Contratações (PAC) relacionadas à aquisição de *softwares* de virtualização;
- b) Permitir a agregação de um volume significativo de demanda ao mercado fornecedor e, com isso, obter potencialmente melhores ofertas tanto em termos financeiros quanto técnicos;
- c) Operacionalizar por meio do Sistema de Registro de Preços (Decreto nº 7.892, de 23 de Janeiro de 2013) o catálogo de produtos disponibilizados pela SGD em sede do processo estratégico de gestão de grandes fabricantes de soluções de TI.



## 5.2. Requisitos de Capacitação

5.2.1. Não se aplica para o objeto da presente contratação.

## 5.3. Requisitos Legais

5.3.1. O presente processo de contratação deve estar aderente à Constituição da República Federativa do Brasil de 1988, Decreto-Lei nº 200/1967, Lei nº 8.666/93, (Lei de Licitações), Lei nº 10.520/01, (Lei do Pregão), Decreto nº 10.024/2019 (Pregão Eletrônico), Decreto nº 7.892/2013 (Registro de Preços), IN. nº 01/2019 SGD/ME (Contratação de Soluções de TIC) e legislação específica aplicada.

## 5.4. Requisitos de Manutenção e Suporte Técnico

5.4.1. As versões das licenças deverão ser as mais recentes disponibilizadas no mercado pelo fabricante no momento da assinatura do contrato.

5.4.2. As atualizações ou correções das versões das licenças serão realizadas durante todo o período de vigência contratual.

5.4.3. O suporte técnico deverá estar disponível, no mínimo, 24 (vinte e quatro) horas por dia, 07 (sete) dias por semana, em português ou por meio de um tradutor;

5.4.4. Disponibilidade para abertura de chamado: 24x7x365 (*web, e-mail* ou telefone).

5.4.5. O atendimento será preferencialmente remoto. Caso haja necessidade de intervenção local, esta poderá ser executada. Nos dois casos, sempre com acompanhamento da equipe técnica da CONTRATANTE.

5.4.6. A CONTRATADA deverá oferecer manutenção e suporte técnico conforme o nível de severidade de cada chamado e dentro dos tempos de resposta definidos abaixo:

5.4.6.1. Quando um chamado for aberto pela CONTRATANTE, a CONTRATANTE deverá atribuir ao chamado o nível de severidade de acordo com a avaliação do tipo do problema e do impacto/dano para a CONTRATANTE.

5.4.6.2. A tabela abaixo traz exemplos de tipos de problemas e níveis de severidade.

Nível de severidade	Descrição de suporte e operações
Severidade A (Crítica)	Um ou mais serviços não estão acessíveis ou não podem ser usados. A produção, as operações ou as datas limite para implantação são gravemente afetadas, ou há um grave impacto sobre a produção ou a lucratividade. Vários usuários ou serviços são afetados.
Severidade B (Alta)	O serviço pode ser usado, mas com limitações. A situação tem impacto comercial moderado e é possível lidar com ela durante o horário comercial. Um único usuário, cliente ou serviço é parcialmente afetado.
Severidade C (Não Crítica)	A situação tem impacto comercial mínimo. O problema é importante, mas não tem impacto expressivo na produtividade e no serviço atual do cliente. Um único usuário experimenta interrupção parcial, mas existe uma solução alternativa aceitável.

5.4.6.3. Quanto ao tempo de resposta inicial do suporte técnico, deverá ser baseado nos níveis de severidade descritos acima e no tipo de assinatura contratada. A tabela abaixo descreve as metas de tempo de resposta.

Nível de severidade	Nível de serviço
Severidade A (Crítica)	Disponível: 24/7 com Tempo máximo de resposta: 30 minutos
Severidade B (Alta)	Disponível: 24/7 com Tempo máximo de resposta: 04 horas
Severidade C (Não crítica)	Disponível: 24/7 com Tempo máximo de resposta: 08 horas

## 5.5. Requisitos Temporais

5.5.1. As licenças do *software* contratado, bem como suas chaves de ativação, devem ser disponibilizadas em até 15 dias corridos após a emissão da Ordem de Fornecimento de Bens (OFB), podendo ser prorrogado por igual período desde que justificado pela CONTRATADA e autorizado pela CONTRATANTE.

**5.6. Requisitos de Segurança da Informação**

5.6.1. A CONTRATADA deverá seguir os procedimentos básicos mínimos de segurança listados:

- a) Observar, rigorosamente, todas as normas e procedimentos de segurança implementados no ambiente de Tecnologia da Informação do CONTRATANTE, inclusive sua Política de Segurança da Informação e Comunicações – quando aplicável ao objeto;
- b) A CONTRATADA não poderá divulgar quaisquer informações a que tenha acesso em virtude dos trabalhos a serem executados ou de que tenha tomado conhecimento em decorrência da execução do objeto, sem autorização, por escrito, do CONTRATANTE;

**5.7. Requisitos Sociais, Ambientais e Culturais**

5.7.1. O presente processo deve estar aderente à Lei nº 12.305/ 2010 que Institui a Política Nacional de Resíduos Sólidos, quando aplicável ao objeto.

**5.8. Requisitos de Arquitetura Tecnológica**

5.8.1. Não se aplica para o objeto da presente contratação.

**5.9. Requisitos de Projeto e de Implementação**

5.9.1. Não se aplica para o objeto da presente contratação.

**5.10. Requisitos de Implantação**

5.10.1. Não se aplica para o objeto da presente contratação.

**5.11. Requisitos de Garantia e Assistência Técnica**

5.12. A CONTRATADA deverá prestar assistência técnica durante todo o período contratual.

5.13. A CONTRATADA deverá possibilitar a abertura ilimitada de chamados de suporte.

**5.14. Requisitos de Experiência Profissional**

5.14.1. Não se aplica para o objeto da presente contratação.

**5.15. Requisitos de Formação da Equipe**

5.15.1. Não se aplica para o objeto da presente contratação.

**5.16. Requisitos de Metodologia de Trabalho**

5.16.1. O fornecimento das licenças, será feito por meio digital conforme quantidade e tipos de licenças constantes da Ordem de Fornecimento de Bens (OFB).

**5.17. Outros Requisitos Aplicáveis**

5.17.1. A CONTRATADA deve executar o objeto do certame em estreita observância dos ditames estabelecido pela Lei nº 13.709/2018 (Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais - LGPD), quando aplicável ao

objeto.

## **6. DEVERES E RESPONSABILIDADES**

### **6.1. Deveres e responsabilidades da CONTRATANTE**

- a) Nomear Gestor e Fiscais Técnico, Administrativo e Requisitante do contrato para acompanhar e fiscalizar a execução dos contratos, conforme o disposto no art. 29 da IN. 01/2019 SGD/ME;
- b) Exercer o acompanhamento e a fiscalização do serviço contratado, por servidor especialmente designado, que anotarà em registro próprio eventuais incidentes relevantes com data, dia e hora da ocorrência, e outras informações que julgar pertinentes;
- c) Receber o objeto fornecido pela contratada que esteja em conformidade com a proposta aceita, conforme inspeções realizadas;
- d) Observar e fazer cumprir fielmente o que estabelece este Termo de Referência, em particular no que se refere aos níveis de serviço estabelecidos;
- e) Exigir o cumprimento de todas as obrigações assumidas pela CONTRATADA, de acordo com as cláusulas contratuais;
- f) Providenciar as assinaturas pela CONTRATADA no Termo de Compromisso de Manutenção de Sigilo e Respeito às Normas de Segurança e no Termo de Ciência da Declaração de Manutenção de Sigilo;
- g) Garantir, quando necessário, o acesso presencial ou à distância da CONTRATADA ao ambiente físico ou lógico da CONTRATANTE, para execução dos serviços referentes ao objeto contratado, após o devido processo de autorização;
- h) Prestar as informações e esclarecimentos relativos ao objeto desta contratação que venham a ser solicitado pelo preposto da CONTRATADA;
- i) Dirimir as dúvidas que surgirem no curso da prestação dos serviços por intermédio do Gestor ou fiscal do Contrato;
- j) Encaminhar formalmente a demanda por meio de Ordem de Serviço ou de Fornecimento de Bens, de acordo com os critérios estabelecidos no Termo de Referência, observando-se o disposto nos arts. 18 e 32 da IN. 01/2019 SGD/ME;
- k) Notificar a CONTRATADA da ocorrência de eventuais imperfeições, falhas ou irregularidades constatadas no curso da execução dos serviços, de acordo com os níveis de serviço estabelecidos;
- l) Efetuar o pagamento dos serviços de acordo com as condições contratuais, no prazo e condições estabelecidas neste Termo de Referência, e no caso de cobrança indevida, glosar os valores considerados em desacordo com o contrato;
  - Após a notificação da glosa, a CONTRATADA terá prazo de 15 dias corridos para questionar os valores glosados, sob pena de ter-se por aceita a glosa.
- m) Efetuar as retenções tributárias devidas sobre o valor da Nota Fiscal/Fatura da contratada, no que couber, em conformidade com o item 6 do Anexo XI da IN SEGES/MP nº 5/2017;
- n) Não praticar atos de ingerência na administração da CONTRATADA, tais como:
  - exercer o poder de mando sobre os empregados da CONTRATADA, devendo reportar-se somente aos prepostos ou responsáveis por ela indicados, exceto quando o objeto da contratação prever o atendimento direto, tais como nos serviços de recepção e apoio ao usuário;
  - direcionar a contratação de pessoas para trabalhar nas empresas contratadas;

- considerar os trabalhadores da CONTRATADA como colaboradores eventuais do próprio órgão ou entidade responsável pela contratação, especialmente para efeito de concessão de diárias e passagens;
- o) Fornecer por escrito as informações necessárias para o desenvolvimento dos serviços objeto do contrato;
- p) Cientificar o órgão de representação judicial da Advocacia-Geral da União, para adoção das medidas cabíveis quando do descumprimento das obrigações pela CONTRATADA;
- q) Fiscalizar o cumprimento dos requisitos legais, quando a CONTRATADA houver se beneficiado da preferência estabelecida pelo art. 3º, § 5º, da Lei nº 8.666, de 1993;
- r) Aplicar à CONTRATADA as sanções administrativas regulamentares e contratuais cabíveis, comunicando ao órgão gerenciador da Ata de Registro de Preços, quando aplicável, assegurando à CONTRATADA a ampla defesa e o contraditório;
- s) Comunicar à contratada todas e quaisquer ocorrências relacionadas com o fornecimento da solução de TIC;
- t) Liquidar o empenho e efetuar o pagamento à contratada, dentro dos prazos preestabelecidos em contrato;
- u) Definir produtividade ou capacidade mínima de fornecimento da solução de TIC por parte da contratada, com base em pesquisas de mercado, quando aplicável;
- v) Prever que os direitos de propriedade intelectual e direitos autorais da solução de TIC sobre os diversos artefatos e produtos produzidos em decorrência da relação contratual, incluindo a documentação, o código-fonte de aplicações, os modelos de dados e as bases de dados, pertençam à Administração.

## 6.2. Deveres e responsabilidades da CONTRATADA

- a) Cumprir fielmente o que estabelece este Termo de Referência, em especial no que se refere à implantação, operação e níveis de serviço;
- b) Executar o objeto do certame em estrita observância dos ditames estabelecido pela Lei nº 13.709/2018 (Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais (LGPD)). O licitante deverá apresentar Declaração indicando o encarregado da credenciada responsável pela proteção de dados, nos termos do art. 41 da Lei Federal nº 13.709/18;
- c) Executar os serviços conforme especificações neste Termo de Referência e de sua proposta, com a alocação dos recursos necessários ao perfeito cumprimento das cláusulas contratuais;
- d) Responder pelo cumprimento dos postulados legais vigentes no âmbito nacional e local, garantindo o cumprimento de todas as obrigações estabelecidas por regulamentação vigente, em especial as relacionadas à segurança da informação;
- e) Prestar o serviço objeto desta contratação 24 horas por dia, 7 dias por semana, durante todo o período de vigência do contrato, salvaguardados os casos de interrupções programadas;
- f) Prestar as informações e os esclarecimentos que venham a ser solicitados pela CONTRATANTE por intermédio de preposto designado para acompanhamento do contrato;
- g) Indicar formalmente preposto apto a representá-lo junto à contratante, que deverá responder pela fiel execução do contrato;
- Na hipótese de afastamento do preposto definitivamente ou temporariamente, a CONTRATADA deverá comunicar ao Gestor do Contrato por escrito o nome e a forma de comunicação de seu substituto até o fim do próximo dia útil.
- h) Reconhecer o Gestor do Contrato, bem como outros servidores que forem indicados pela CONTRATANTE, para realizar as solicitações relativas ao contrato firmado, tais como

manutenção, configuração, entre outras;

i) Apresentar Nota Fiscal/Fatura com a descrição dos serviços prestados, nas condições deste Termo de Referência, como forma de dar início ao processo de pagamento pela CONTRATANTE;

j) Atender prontamente quaisquer orientações e exigências da Equipe de Fiscalização do Contrato, inerentes à execução do objeto contratual;

k) Assumir as responsabilidades pelos encargos fiscais e comerciais resultantes da adjudicação da licitação oriunda deste Termo de Referência.

l) Responsabilizar-se pelo cumprimento das obrigações previstas em Acordo, Convenção, Dissídio Coletivo de Trabalho ou equivalentes das categorias abrangidas pelo contrato, por todas as obrigações trabalhistas, sociais, previdenciárias, tributárias e as demais previstas em legislação específica, cuja inadimplência não transfere a responsabilidade à CONTRATANTE;

m) Assumir inteira responsabilidade técnica e operacional do objeto contratado, não podendo, sob qualquer hipótese, transferir a outras empresas a responsabilidade por problemas de funcionamento do serviço;

- Caso o problema de funcionamento do serviço detectado tenha a sua origem fora do escopo do objeto contratado, a CONTRATADA repassará para a CONTRATANTE as informações técnicas com a devida análise fundamentada que comprovem o fato, sem qualquer ônus para a CONTRATANTE;

n) Reparar, corrigir, remover ou substituir, às suas expensas, no total ou em parte, no prazo fixado em contrato, os serviços efetuados em que se verificarem vícios, defeitos ou incorreções resultantes da execução ou dos materiais empregados;

o) Responsabilizar-se pelos vícios e danos decorrentes da execução do objeto, bem como por todo e qualquer dano causado à União ou à entidade federal, devendo ressarcir imediatamente a Administração em sua integralidade, ficando a CONTRATANTE autorizada a descontar da garantia, caso exigida no edital, ou dos pagamentos devidos à CONTRATADA, o valor correspondente aos danos sofridos;

p) Reparar quaisquer danos diretamente causados à CONTRATANTE ou a terceiros por culpa ou dolo de seus representantes legais, prepostos ou empregados, em decorrência da relação contratual, não excluindo ou reduzindo a responsabilidade da fiscalização ou o acompanhamento da execução dos serviços pela CONTRATANTE;

q) Propiciar todos os meios necessários à fiscalização do contrato pela CONTRATANTE, cujo representante terá poderes para sustar o fornecimento, total ou parcial, em qualquer tempo, sempre que considerar a medida necessária;

r) Acatar as orientações da CONTRATANTE, sujeitando-se à mais ampla e irrestrita fiscalização, prestando os esclarecimentos solicitados e atendendo às reclamações formuladas;

s) Prestar esclarecimentos à CONTRATANTE sobre eventuais atos ou fatos noticiados que se refiram à CONTRATADA, independente de solicitação;

t) Comunicar à CONTRATANTE, por escrito, qualquer anormalidade nos serviços e prestar os esclarecimentos julgados necessários;

u) Manter, durante toda a execução do contrato, as mesmas condições da habilitação e qualificação exigidas na licitação, em compatibilidade com as obrigações assumidas;

v) Sujeitar-se aos acréscimos e supressões contratuais estabelecidos na forma do art. 65 da Lei nº 8.666/93, quais sejam, os acréscimos ou supressões que se fizerem necessários, até o limite de 25% (vinte e cinco por cento) do valor atualizado do contrato;

w) Não veicular publicidade ou qualquer outra informação acerca da prestação dos serviços do Contrato, sem prévia autorização da CONTRATANTE;

- x) Não fazer uso das informações prestadas pela CONTRATANTE para fins diversos do estrito e absoluto cumprimento do contrato em questão;
- y) Garantir sigilo e inviolabilidade das conversações realizadas por meio do serviço desta contratação, respeitando as hipóteses e condições constitucionais e legais de quebra de sigilo de telecomunicações;
- z) Quando especificada, manter, durante a execução do contrato, equipe técnica composta por profissionais devidamente habilitados, treinados e qualificados para fornecimento da solução de TIC;
- aa) Quando especificado, manter a produtividade ou a capacidade mínima de fornecimento da solução de TIC durante a execução do contrato;
- ab) Ceder os direitos de propriedade intelectual e direitos autorais da solução de TIC sobre os diversos artefatos e produtos produzidos em decorrência da relação contratual, incluindo a documentação, os modelos de dados e as bases de dados à Administração;

### 6.3. Deveres e responsabilidades do órgão gerenciador da ata de registro de preços

6.3.1. O órgão gerenciador será a Central de Compras, vinculada à Secretaria de Gestão do Ministério da Economia (SEGES-ME).

6.3.2. São deveres e responsabilidades do órgão gerenciador da ata de registro de preços:

- a) Efetuar o registro do licitante fornecedor e firmar a correspondente Ata de Registro de Preços;
- b) Compilar as demandas envolvidas, os quantitativos mínimos e máximos por requisição, os locais de entrega e prazos, entre outras informações fornecidas pelos órgãos participantes, para sistematizar e harmonizar as disposições do Edital e do Termo de Referência, e dispor os itens do objeto licitatório da forma mais adequada para a obtenção da melhor proposta para a Administração Pública;
- c) Confirmar junto aos órgãos participantes a sua concordância com o objeto a ser licitado, inclusive quanto aos quantitativos e termo de referência;
- d) Realizar o pregão, efetuar o registro do licitante vencedor, efetivar a homologação da licitação e firmar a correspondente Ata de Registro de Preços;
- e) Conduzir os procedimentos relativos a eventuais renegociações de condições, produtos ou preços registrados;
- f) Definir mecanismos de comunicação com os órgãos participantes e não participantes, contendo:
  - 1. as formas de comunicação entre os envolvidos, a exemplo de ofício, telefone, *e-mail*, ou sistema informatizado, quando disponível; e
  - 2. definição dos eventos a serem reportados ao órgão gerenciador, com a indicação de prazo e responsável;
- g) Cumprir outras obrigações que se apliquem ao objeto da contratação.
- h) Definir mecanismos de controle de fornecimento da solução de TIC, observando, dentre outros:

1. a definição da produtividade ou da capacidade mínima de fornecimento da solução de TIC;

2. as regras para gerenciamento da fila de fornecimento da solução de TIC aos órgãos participantes e não participantes, contendo prazos e formas de negociação e redistribuição da demanda, quando esta ultrapassar a produtividade definida ou a capacidade mínima de fornecimento e for requerida pela contratada;

3. as regras para a substituição da solução registrada na Ata de Registro de Preços, garantida a realização de Prova de Conceito, observado o disposto no inciso III, alínea "c", item 2 deste artigo,

em função de fatores supervenientes que tornem necessária e imperativa a substituição da solução tecnológica.

## **7. MODELO DE EXECUÇÃO DO CONTRATO**

### **7.1. ROTINAS DE EXECUÇÃO**

#### **7.2. Inicialização do contrato**

7.2.0.1. Após a assinatura do Contrato e as nomeações do Gestor e Fiscais do Contrato, será realizada a reunião inicial de alinhamento com o objetivo de nivelar os entendimentos acerca das condições estabelecidas no Contrato, Edital e seus Anexos, e esclarecer possíveis dúvidas acerca da execução dos serviços.

7.2.0.2. A reunião será realizada, preferencialmente, de forma remota, em conformidade com o previsto no inciso I do Art. 31 da IN nº 01/2019 SGD/ME e ocorrerá em até 10 (dez) dias úteis da assinatura do Contrato, podendo ser prorrogada a critério da CONTRATANTE.

7.2.0.3. A pauta dessa reunião observará, pelo menos, a apresentação do preposto da empresa pelo representante legal da Contratada. A carta de apresentação do preposto deverá conter os dados de identificação do funcionário da empresa designado para acompanhar a execução do contrato e atuar como interlocutor principal junto à CONTRATANTE, incumbido de receber, diligenciar, encaminhar e responder às principais questões técnicas, legais e administrativas referentes ao andamento contratual.

7.2.0.4. As licenças do *software* contratado, bem como suas chaves de ativação, devem ser disponibilizadas em até 15 dias corridos após a emissão da Ordem de Fornecimento de Bens (OFB), podendo ser prorrogado por igual período desde que justificado pela CONTRATADA e autorizado pela CONTRATANTE.

#### **7.2.1. Encaminhamento de demandas e controle de solicitações**

7.2.1.1. O fornecimento de licenças deverá ser realizado mediante formalização emitida pela CONTRATANTE à CONTRATADA, em conformidade com as orientações contidas na Instrução Normativa nº 01/2019 SGD/ME, e seguirá o seguinte fluxo.

7.2.1.2. Os Fiscais Requisitantes serão os responsáveis por iniciarem o fluxo da demanda, comunicando a necessidade à Área de TI da CONTRATANTE.

7.2.1.3. A área de TI da CONTRATANTE analisará, a viabilidade de execução da demanda, se pertence ao escopo contratado e se está alinhada às prioridades definidas pelo Comitê de TI ou órgão equivalente.

7.2.1.4. Havendo continuidade/viabilidade, o Gestor do contrato, com o apoio dos Fiscais Técnicos, encaminhará a Ordem de Fornecimento de Bens à CONTRATADA.

7.2.1.5. A demanda pelos volumes de licenças e serviços agregados será realizada de forma gradual, seguindo cronograma de implantação, conforme a ordem de Fornecimento de Bens, cabendo o pagamento apenas sobre os quantitativos demandados, fornecidos e efetivamente implantado, conforme subitem 1.6 do Anexo da IN. nº 01/2019 SGD/ME.

#### **7.2.2. Execução e acompanhamento do fornecimento dos Bens**

7.2.2.1. A demanda de fornecimento de bens será encaminhada à CONTRATADA por meio de documentos oficiais de comunicação definidos neste Instrumento.

7.2.2.2. A CONTRATADA, para cada demanda recebida, deverá realizar as entregas dos produtos, de acordo com os respectivos prazos e dentro dos padrões de qualidade e de compatibilidade técnica, conforme as definições especificadas neste Instrumento.

7.2.2.3. Os prazos para fornecimento de bens deverão ser aqueles definidos neste Instrumento. O atraso no cumprimento dos prazos estabelecidos na demanda resultará na aplicação das penalidades previstas em contrato.

7.2.2.4. Caso necessário e a critério do gestor do contrato, esse prazo poderá ser motivadamente estendido para garantir a efetiva entrega dos produtos.

### **7.2.3. MECANISMOS FORMAIS DE COMUNICAÇÃO**

7.2.4. São definidos como mecanismos formais de comunicação, entre a CONTRATANTE e a CONTRATADA, os seguintes:

- a) Ordem de Fornecimento de Bens (OFB);
- b) Ata de Reunião;
- c) Ofício;
- d) Sistema de abertura de chamados;
- e) *E-mails*,
- f) Cartas.

### 7.3. **MANUTENÇÃO DE SIGILO E NORMAS DE SEGURANÇA**

7.3.1. A Contratada deverá manter sigilo absoluto sobre quaisquer dados e informações contidos em quaisquer documentos e mídias, incluindo os equipamentos e seus meios de armazenamento, de que venha a ter conhecimento durante a execução dos serviços, não podendo, sob qualquer pretexto, divulgar, reproduzir ou utilizar, sob pena de lei, independentemente da classificação de sigilo conferida pelo CONTRATANTE a tais documentos.

7.3.2. O **Termo de Compromisso**, contendo declaração de manutenção de sigilo e respeito às normas de segurança vigentes na entidade, a ser assinado pelo representante legal da Contratada, e **Termo de Ciência**, a ser assinado pelos empregados da Contratada diretamente envolvidos na contratação, encontram-se nos anexos deste Termo de Referência.

## 8. **MODELO DE GESTÃO DO CONTRATO**

### 8.1. **Critérios de Recebimento e Aceitação**

8.1.1. O recebimento dos bens será realizado conforme estipulado no Art. 73 da Lei 8.666/93 e nos procedimentos a seguir.

8.1.2. O Fiscal Técnico do contrato emitirá o Termo de Recebimento Provisório (TRP) relativo a OFB, desde que haja a entrega dos produtos e documentação aplicável referente aos serviços realizados ou bens fornecidos.

8.1.3. O prazo de emissão do TRP é de até 5 (cinco) dias úteis para o fornecimento dos produtos descritos na OFB, contados a partir da comunicação da CONTRATADA de entrega dos produtos.

8.1.4. Caso sejam verificados produtos incompletos ou inconsistentes, o Fiscal Técnico comunicará à CONTRATADA para que realize os ajustes necessários, sem prejuízo do prazo de entrega definido na OFB.

8.1.5. A OFB não será recebida provisoriamente enquanto os produtos não forem entregues por completo.

8.1.6. Havendo justificativa pelo não atendimento dos critérios de aceitação, a CONTRATADA deverá apresentar a justificativa ao Gestor do contrato que decidirá quanto à aceitação.

8.1.7. Após o Recebimento Provisório, os Fiscais Técnico e Requisitante do contrato promoverão a avaliação da qualidade dos serviços realizados (homologação), de acordo com os Critérios de Aceitação e demais requisitos definidos neste Termo de Referência.

8.1.8. Havendo conformidade com a execução do serviço e atendidos os Critérios de Aceitação, o Fiscal Requisitante e o Gestor do contrato confeccionarão e assinarão o Termo de Recebimento Definitivo.

8.1.9. O prazo de emissão do TRD é de até 10 (dez) dias para os serviços, ambos contados a partir da data de emissão do TRP.

8.1.10. Na hipótese da verificação a que se refere o subitem anterior não ser procedida dentro do prazo fixado, reputar-se-á como realizada.

8.1.11. O recebimento provisório ou definitivo do objeto não exclui a responsabilidade da CONTRATADA pelos prejuízos resultantes da incorreta execução do contrato nos termos da lei.

8.1.12. O Fiscal Administrativo verificará a aderência aos termos contratuais.



8.1.13. Caso não haja aderência, o Fiscal Administrativo deve indicar os termos que não estão aderentes ao contrato e o Gestor do contrato deve, então, encaminhar as devidas propostas de sanções para Área Administrativa proceder aos trâmites legais, resguardando sempre a ampla defesa e o contraditório.

8.1.14. De posse do Termo de Recebimento Definitivo e da avaliação dos Níveis Mínimos de Serviço Exigidos realizada pelos Fiscais, o Gestor do contrato autorizará a CONTRATADA a emitir a(s) Nota(s) Fiscal(is), por meio de aviso formal ao Preposto, via instrumentos de comunicação previstos neste TR.

8.1.15. Após emissão da Nota Fiscal, o Fiscal Administrativo do contrato realizará a verificação das regularidades fiscais, trabalhistas e previdenciárias para fins de pagamento.

## 8.2. Critérios de Aceitação

8.2.1. Serão aceitos para fins de emissão de Termo de Recebimento Definitivo:

8.2.1.1. A disponibilização das licenças e/ou chaves de ativação devidamente requeridas por meio de Ordem de Fornecimento de Bens que estejam ativas e funcionalmente aptas às necessidades a que se destinam.

## 8.3. Procedimentos de Teste e Inspeção

8.3.1. Definição dos procedimentos de teste e inspeção para fins de elaboração dos Termos de Recebimento Definitivo e Provisório, abrangendo:

8.3.1.1. a verificação dos produtos, dos códigos de licenças e respectivas validades dos seriais e licenciamentos disponibilizados;

8.3.1.2. a verificação do acesso aos produtos de softwares solicitados.

## 8.4. Níveis Mínimos de Serviço Exigidos

8.4.1. Os níveis mínimos de serviço descrevem a disponibilidade mínima que a CONTRATADA deve garantir em relação ao tempo de atividade ou continuidade dos serviços contratados.

8.4.2. A aferição dos níveis de serviço será realizada por meio do indicador descrito no quadro a seguir:

INDICADOR DE ATRASO NA ENTREGA (IAE)	
Finalidade	Medir o tempo de atraso na entrega dos produtos e serviços constantes nas Ordens de Serviço.
Meta a cumprir	IAE $\leq 0$ (A meta definida visa garantir a entrega dos produtos e serviços constantes nas Ordens de Fornecimento de Bens dentro do prazo previsto.)
Instrumento de medição	Ordem de Fornecimento de Bens (OFB), Termo de Recebimento Provisório e Definitivo.
Forma de acompanhamento	A avaliação será realizada por meio da verificação da data de entrega constante na Ordem de Fornecimento de Bens (OFB) e da data de recebimento provisório das licenças.
Periodicidade	por Ordem de Fornecimento de Bens (OFB)
Mecanismo de Cálculo (métrica)	TEX = (DEE - DDE)  Onde:  TEX = Tempo de execução (quantidade de dias entre o envio da OFB e o recebimento provisório).

	<p>DDE = Data definida para entrega das licenças constante na Ordem de Fornecimento de Bens (OFB).</p> <p>DEE = Data efetiva da entrega das licenças.</p>
Faixas de ajuste no pagamento e sanções	<p>Para valores iguais ou inferiores a 0 (zero) – Pagamento integral da OS;</p> <p>De 1 a 15 (dias de atraso) – Glosa de 5% sobre o valor da OS;</p> <p>De 16 a 20 (dias de atraso) – Glosa de 10% sobre o valor da OS;</p> <p>De 21 a 30 (dias de atraso) - Glosa de 15% sobre o valor da OS;</p> <p>Acima de 30 (dias de atraso) – Será aplicada a multa de 3% sobre o valor do Contrato, sem prejuízo da glosa anterior.</p>

INDICADOR DE SUPORTE ATENDIDO DENTRO DO PRAZO (SAP)	
Finalidade	Assegurar que os chamados estejam dentro do prazo de início e fim de atendimento
Meta a cumprir	<b>SAP =&gt; 90%</b> (assegurar que os chamados sejam atendidos dentro do prazo de início e fim de atendimento)
Instrumento de medição	Registro/Resposta de cada solicitação de suporte técnico.
Forma de acompanhamento	Cálculo do prazo de Registro/Resposta de cada solicitação de suporte técnico em relação ao Nível de Serviço
Periodicidade	Mensalmente
Mecanismo de Cálculo (métrica)	<p><b>SAP = (QAP/QT A) x 100</b></p> <p>Onde:</p> <p>QAP= Quantidade de chamados atendidos dentro do prazo.</p> <p>QT A= Quantidade total de chamados atendidos.</p>
Faixas de ajuste no pagamento e sanções	<p>Para valores iguais ou superiores a 90% – Pagamento integral da OS;</p> <p>Abaixo de 90% – Será aplicada advertência e em caso de reincidência multa de 3% sobre o valor da licença relacionada ao objeto do chamado.</p>

## 8.5. Sanções Administrativas e procedimentos para glosa no pagamento

8.5.1. A licitante que, convocada dentro do prazo de validade da sua proposta, não assinar o Contrato ou a Ata, deixar de entregar documentação exigida no Edital, apresentar documentação falsa, não mantiver a proposta, fraudar na execução do contrato, comportar-se de modo inidôneo, fizer declaração falsa ou cometer

fraude fiscal ficará impedida de licitar e de contratar com a União e será descredenciada no SICAF, pelo prazo de até 5 (cinco) anos, sem prejuízo das multas e demais cominações legais.

8.5.2. Pela recusa em assinar a Ata, o Contrato ou retirar a Nota de Empenho, no prazo máximo de 5 (cinco) dias úteis, após a regular convocação, a licitante poderá ser penalizada com multa no percentual de 3% (três por cento), calculada sobre o valor total estimado do Contrato, sem prejuízo da aplicação de outras sanções previstas no parágrafo anterior.

8.5.2.1. No caso de recusa de assinar a ata, a multa será calculada sobre o valor total estimado da ata.

8.5.3. Comete infração administrativa nos termos da Lei nº 10.520, de 2002, a contratada que:

- 8.5.3.1. não executar total ou parcialmente qualquer das obrigações assumidas em decorrência da contratação;
- 8.5.3.2. ensejar o retardamento da execução do objeto;
- 8.5.3.3. falhar ou fraudar na execução do contrato;
- 8.5.3.4. comportar-se de modo inidôneo; ou
- 8.5.3.5. cometer fraude fiscal.

8.5.4. Pela **inexecução total ou parcial** do objeto deste contrato, a CONTRATANTE pode aplicar à CONTRATADA as seguintes sanções:

- 8.5.4.1. **Advertência por escrito**, quando do não cumprimento de quaisquer das obrigações contratuais consideradas faltas leves, assim entendidas aquelas que não acarretarem prejuízos significativos para o serviço contratado;
- 8.5.4.2. **Multa**, quando do não cumprimento de quaisquer das obrigações contratuais consideradas faltas moderadas ou graves, assim entendidas aquelas que acarretem prejuízos para o serviço contratado;
- 8.5.4.3. As penalidades de multa decorrentes de fatos diversos serão consideradas independentes entre si.
- 8.5.4.4. **Suspensão de licitar e impedimento de contratar** com órgão, entidade ou unidade administrativa pela qual a Administração Pública opera e atua concretamente, pelo prazo de até dois anos;
- 8.5.4.5. **Sanção de impedimento de licitar e de contratar com órgãos e entidades da União**, com o consequente descredenciamento no SICAF pelo prazo de até cinco anos;
- 8.5.4.6. **Declaração de inidoneidade** para licitar ou contratar com a Administração Pública, enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade, reabilitação essa que será concedida sempre que a Contratada ressarcir a CONTRATANTE pelos prejuízos causados.
- 8.5.4.7. As sanções previstas nos subitens 8.5.4.1, 8.5.4.4, 8.5.4.5 e 8.5.4.6 poderão ser aplicadas à CONTRATADA juntamente com as de multa, descontando-as dos pagamentos a serem efetuados.

8.5.5. Também ficam sujeitas às penalidades do art. 87, III e IV da Lei nº 8.666, de 1993, as empresas ou profissionais que:

- 8.5.5.1. tenham sofrido condenação definitiva por praticar, por meio dolosos, fraude fiscal no recolhimento de quaisquer tributos;
- 8.5.5.2. tenham praticado atos ilícitos visando a frustrar os objetivos da licitação;
- 8.5.5.3. demonstrarem não possuir idoneidade para contratar com a Administração em virtude de atos ilícitos praticados.

8.5.6. A aplicação de qualquer das penalidades previstas realizar-se-á em processo administrativo que assegurará o contraditório e a ampla defesa à Contratada, observando-se o procedimento previsto na Lei nº 8.666, de 1993 e, subsidiariamente, a Lei nº 9.784, de 1999.

8.5.7. As multas devidas e/ou prejuízos causados à CONTRATANTE serão deduzidos dos valores a serem pagos pela CONTRATANTE à contratada; ou recolhidos por esta em favor da União ou deduzidos da garantia ou ainda, quando for o caso, serão inscritos na Dívida Ativa da União e cobrados judicialmente.

8.5.8. Caso a CONTRATANTE determine, a multa deverá ser recolhida no prazo máximo de 10 (dez) dias úteis, a contar da data do recebimento da comunicação enviada pela autoridade competente.

8.5.9. Caso o valor da multa não seja suficiente para cobrir os prejuízos causados pela conduta da contratada, a União ou entidade poderá cobrar o valor remanescente judicialmente, conforme artigo 419 do Código Civil.

8.5.10. A autoridade competente, na aplicação das sanções, levará em consideração a gravidade da conduta do infrator, o dano causado à Administração, bem como o caráter educativo da pena, observado o princípio da proporcionalidade.

8.5.11. Se, durante o processo de aplicação de penalidade, houver indícios de prática de infração administrativa tipificada pela Lei nº 12.846, de 2013, como ato lesivo à Administração Pública nacional ou estrangeira, cópias do processo administrativo necessárias à apuração da responsabilidade da empresa deverão ser remetidas à autoridade competente, com despacho fundamentado, para ciência e decisão sobre a eventual instauração de investigação preliminar ou Processo Administrativo de Responsabilização - PAR.

8.5.12. A apuração e o julgamento das demais infrações administrativas não consideradas como ato lesivo à Administração Pública nacional ou estrangeira, nos termos da Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013, seguirão seu rito normal na unidade administrativa.

8.5.13. O processamento do PAR não interfere no seguimento regular dos processos administrativos específicos para apuração da ocorrência de danos e prejuízos à Administração Pública Federal resultantes de ato lesivo cometido por pessoa jurídica, com ou sem a participação de agente público.

8.5.14. As penalidades serão obrigatoriamente registradas no SICAF.

8.5.15. Nos casos de inadimplemento na prestação dos serviços, as ocorrências serão registradas pela CONTRATANTE, que notificará a CONTRATADA, conforme tabela a seguir:

Id	Ocorrência	Glosa / Sanção
1	Não comparecer injustificadamente à reunião inicial.	Advertência. Em caso de reincidência, multa 0,5% sobre o valor total do Contrato.
2	Quando convocado dentro do prazo de validade da sua proposta, não celebrar o contrato; deixar de entregar a documentação exigida para o certame ou apresentar documentação falsa, ensejar o retardamento da execução de seu objeto, não manter a proposta, falhar ou fraudar na execução do contrato, comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude fiscal.	A contratada ficará impedida de licitar e contratar com a União, Estados, Distrito Federal e Municípios e será descredenciada no SICAF ou nos sistemas de cadastramento de fornecedores a que se refere o inciso XIV do art. 4º da Lei nº 10.520/2002, pelo prazo de até 5 (cinco) anos, sem prejuízo das demais cominações legais, e multa de 3% do valor da contratação.
3	Ter praticado atos ilícitos visando frustrar os objetivos da licitação.	A contratada será declarada inidônea para licitar e contratar com a Administração pública.
4	Demonstrar não possuir idoneidade para contratar com a Administração em virtude de atos ilícitos praticados.	Suspensão temporária de 6 (seis) meses para licitar e contratar com a Administração pública, sem prejuízo da rescisão contratual.
5	Não executar total ou parcialmente os serviços previstos no objeto da contratação.	Multa de até 5% sobre o valor total do contrato.
6	Suspender ou interromper, salvo motivo de força maior ou caso fortuito, os serviços solicitados,	Multa de 5% sobre o valor total do contrato.

	por até de 30 dias, sem comunicação formal ao gestor do contrato.	Em caso de reincidência, configura-se inexecução total do contrato por parte da empresa, ensejando a rescisão contratual unilateral.
7	Não prestar os esclarecimentos imediatamente, referentes à execução dos serviços, salvo quando implicarem indagações de caráter técnico, hipótese em que serão respondidos no prazo máximo de 48 horas úteis.	<p>Advertência.</p> <p>Em caso de reincidência, multa de 0,1% sobre o valor total da Ordem de Fornecimento de Bens (OFB) por dia útil de atraso em prestar as informações por escrito, ou por outro meio quando autorizado pela contratante, até o limite de 10 dias úteis.</p> <p>Após o limite de 10 dias úteis, aplicar-se-á multa de 2% do valor total do contrato.</p>
8	Provocar intencionalmente a indisponibilidade da prestação dos serviços quanto aos componentes de <i>software</i> (sistemas, portais, funcionalidades, banco de dados, programas, relatórios, consultas, etc).	Suspensão temporária de 6 (seis) meses para licitar e contratar com a Administração pública, sem prejuízo da rescisão contratual.
9	Permitir intencionalmente o funcionamento dos sistemas de modo adverso ao especificado na fase de levantamento de requisitos e às cláusulas contratuais, provocando prejuízo aos usuários dos serviços.	Suspensão temporária de 6 (seis) meses para licitar e contratar com a Administração pública, sem prejuízo da rescisão contratual.
10	Comprometer intencionalmente a integridade, disponibilidade ou confiabilidade e autenticidade das bases de dados dos sistemas.	A contratada será declarada inidônea para licitar ou contratar com a Administração Pública, sem prejuízo às penalidades decorrentes da inexecução total ou parcial do contrato, o que poderá acarretar a rescisão do contrato, sem prejuízo das demais penalidades previstas na Lei nº 8.666, de 1993.
11	Comprometer intencionalmente o sigilo das informações armazenadas nos sistemas da contratante.	A Contratada será declarada inidônea para licitar ou contratar com a Administração Pública, sem prejuízo às penalidades decorrentes da inexecução total ou parcial do contrato, o que poderá acarretar a rescisão do Contrato, sem prejuízo das demais penalidades previstas na Lei nº 8.666, de 1993.
12	Não atender ao indicador de nível de serviço IAE (Indicador de Atraso de Entrega de OS)	<p>Glosa de 5% sobre o valor da OS para valores do indicador IAE de 1 a 15 dias.</p> <p>Glosa de 10% sobre o valor da OS para valores do indicador IAE de 16 a 20 dias.</p> <p>Glosa de 15% sobre o valor da OS para valores do indicador IAE de 21 a 30 dias.</p> <p>Multa de 3% (três por cento) sobre o valor do contrato, para valores do indicador IAE maiores</p>

		que 30 dias, sem prejuízo à glosa acima sobre o valor da OS apurada em relação ao atraso.
13	Não atender ao indicador de nível de serviço SAP (Indicador de suporte atendido dentro do prazo)	Para valor abaixo de 90% – será aplicada advertência e em caso de reincidência multa de 3% sobre o valor da licença relacionada ao objeto do chamado.
14	Não cumprir qualquer outra obrigação contratual não citada nesta tabela.	Advertência. Em caso de reincidência ou configurado prejuízo aos resultados pretendidos com a contratação, aplica-se multa de 3% (três por cento) do valor total do contrato.

## 9. DO PAGAMENTO

9.1. O pagamento será efetuado em parcela única pela CONTRATANTE no prazo de até 30 dias corridos, contados do recebimento da Nota Fiscal/Fatura, após emissão do Termo de Recebimento Definitivo.

9.2. A Nota Fiscal ou Fatura deverá ser obrigatoriamente acompanhada da comprovação da regularidade fiscal, constatada por meio de consulta *on-line* ao SICAF ou, na impossibilidade de acesso ao referido Sistema, mediante consulta aos sítios eletrônicos oficiais ou à documentação mencionada no art. 29 da Lei nº 8.666, de 1993.

9.3. Constatando-se, junto ao SICAF, a situação de irregularidade do fornecedor contratado, deverão ser tomadas as providências previstas no do art. 31 da Instrução Normativa nº 3, de 26 de abril de 2018.

9.4. O aceite dos serviços prestados por força desta contratação será feito mediante ateste das Notas Fiscais, correspondendo tão somente aos serviços efetivamente utilizados.

9.5. Em hipótese alguma serão pagos serviços não contratados.

9.6. O setor competente para proceder ao pagamento deve verificar se a Nota Fiscal/Fatura apresentada expressa os elementos necessários e essenciais do documento, tais como:

- 9.6.1. o prazo de validade;
- 9.6.2. a data da emissão;
- 9.6.3. os dados do contrato e do órgão contratante;
- 9.6.4. o período de prestação dos serviços;
- 9.6.5. o valor a pagar; e
- 9.6.6. eventual destaque do valor de retenções tributárias cabíveis.

9.7. Havendo erro na apresentação da Nota Fiscal/Fatura, ou circunstância que impeçam a liquidação da despesa, o pagamento ficará sobrestado até que a Contratada providencie as medidas saneadoras. Nessa hipótese, o prazo para pagamento iniciar-se-á após a comprovação da regularização da situação, não acarretando qualquer ônus para a CONTRATANTE;

9.8. Nos termos do item 1, do Anexo VIII-A da Instrução Normativa SEGES/MP nº 05, de 2017, será efetuada a retenção ou glosa no pagamento, proporcional à irregularidade verificada, sem prejuízo das sanções cabíveis, caso se constate que a Contratada:

- 9.8.1. não produziu os resultados acordados;
- 9.8.2. deixou de executar as atividades contratadas, ou não as executou com a qualidade mínima exigida;
- 9.8.3. deixou de utilizar os materiais e recursos humanos exigidos para a execução do serviço, ou utilizou-os com qualidade ou quantidade inferior à demandada.

- 9.9. Será considerada data do pagamento o dia em que constar como emitida a ordem bancária para pagamento.
- 9.10. Antes de cada pagamento à contratada, será realizada consulta ao SICAF para verificar a manutenção das condições de habilitação exigidas no edital.
- 9.11. Constatando-se, junto ao SICAF, a situação de irregularidade da contratada, será providenciada sua notificação, por escrito, para que, no prazo de 5 (cinco) dias úteis, regularize sua situação ou, no mesmo prazo, apresente sua defesa. O prazo poderá ser prorrogado uma vez, por igual período, a critério da CONTRATANTE.
- 9.12. Previamente à emissão de nota de empenho e a cada pagamento, a Administração deverá realizar consulta ao SICAF para identificar possível suspensão temporária de participação em licitação, no âmbito do órgão ou entidade, proibição de contratar com o Poder Público, bem como ocorrências impeditivas indiretas, observado o disposto no art. 29, da Instrução Normativa nº 3, de 26 de abril de 2018.
- 9.13. Não havendo regularização ou sendo a defesa considerada improcedente, a CONTRATANTE deverá comunicar aos órgãos responsáveis pela fiscalização da regularidade fiscal quanto à inadimplência da contratada, bem como quanto à existência de pagamento a ser efetuado, para que sejam acionados os meios pertinentes e necessários para garantir o recebimento de seus créditos.
- 9.14. Persistindo a irregularidade, a CONTRATANTE deverá adotar as medidas necessárias à rescisão contratual nos autos do processo administrativo correspondente, assegurada à contratada a ampla defesa.
- 9.15. Havendo a efetiva execução do objeto, os pagamentos serão realizados normalmente, até que se decida pela rescisão do contrato, caso a contratada não regularize sua situação junto ao SICAF.
- 9.16. Será rescindido o contrato em execução com a contratada inadimplente no SICAF, salvo por motivo de economicidade, segurança nacional ou outro de interesse público de alta relevância, devidamente justificado, em qualquer caso, pela máxima autoridade da CONTRATANTE.
- 9.17. Quando do pagamento, será efetuada a retenção tributária prevista na legislação aplicável, em especial a prevista no artigo 31 da Lei 8.212, de 1991, nos termos do item 6 do Anexo XI da IN SEGES/MP n. 5/2017, quando couber.
- 9.18. É vedado o pagamento, a qualquer título, por serviços prestados, a empresa privada que tenha em seu quadro societário servidor público da ativa do órgão CONTRATANTE, com fundamento na Lei de Diretrizes Orçamentárias vigente.
- 9.19. Nos casos de eventuais atrasos de pagamento, desde que a Contratada não tenha concorrido, de alguma forma, para tanto, fica convencionado que a taxa de compensação financeira devida pela CONTRATANTE, entre a data do vencimento e o efetivo adimplemento da parcela é calculada mediante a aplicação da seguinte fórmula:

$EM = I \times N \times VP$ , sendo:

EM = Encargos moratórios;

N = Número de dias entre a data prevista para o pagamento e a do efetivo pagamento;

VP = Valor da parcela a ser paga.

I = Índice de compensação financeira diária = 0,00016438, assim apurado:

TX = Percentual da taxa anual = 6% a.a.	I = (TX)/365 a.d.	I = 0,00016438 a.d.
TX=6/100 a.a.	I = (6/100)/365 a.d.	

**10. ESTIMATIVA DE PREÇOS DA CONTRATAÇÃO**

10.1. O valor total estimado para este certame é de R\$ 41.035.935,50 (quarenta e um milhões, trinta e cinco mil, novecentos e trinta e cinco reais e cinquenta centavos). Os valores máximos estimados são detalhados na seguinte tabela:

ITEM	Código CATSER	Descrição do Serviço	Unidade	Quantidade	Preço de referência	Total Estimado
1	26077	VMware vSphere 6 Standard 1 processor + Production Support / Subscription VMware vSphere 6 Standard for 1 processor for 3 years	CPU	257	R\$ 12.693,46	R\$ 3.262.219,22
2	26077	VMware vSphere 6 Enterprise Plus for 1 processor + Production Support / Subscription VMware vSphere 6 Enterprise Plus for 1 processor for 3 years	CPU	843	R\$ 21.923,08	R\$ 18.481.156,44
3	26077	VMware vRealize Operations Standard or 1 processor + Production Support / Subscription VMware vRealize Plus for 1 processor for 3 years	CPU	494	R\$ 16.827,13	R\$ 8.312.602,22
4	26077	VMware vCenter Server 6 Standard for vSphere 6 (Per Instance) for 3 years	Instância	99	R\$ 40.397,28	R\$ 3.999.330,72



5	26077	Citrix Hypervisor Standard	CPU	128	R\$ 6.749,68	R\$ 863.959,04
6	26077	Citrix Hypervisor Premium	CPU	461	R\$ 13.268,26	R\$ 6.116.667,86
					Total estimado	R\$ 41.035.935,50

## 11. ADEQUAÇÃO ORÇAMENTÁRIA E CRONOGRAMA FÍSICO-FINANCEIRO

11.1. Não se aplica por se tratar de Sistema de Registro de Preços. Cada órgão deverá providenciar tais informações na instrução processual individual.

## 12. DA VIGÊNCIA DO CONTRATO

12.1. O prazo de vigência do contrato será de 12 (doze) meses, a contar da data da sua assinatura.

## 13. DO REAJUSTE DE PREÇOS

13.1. Os preços propostos serão reajustados de acordo com o Índice de Custos de Tecnologia da Informação - ICTI, conforme determina a Portaria nº 6.432, de 11 de julho de 2018, emitida pela Secretaria de Tecnologia da Informação e Comunicação - SETIC do extinto Ministério do Planejamento, Desenvolvimento Gestão - MPDG, o qual foi sucedido pelo Ministério da Economia. O prazo do reajuste em questão será, quando for necessário, obrigatoriamente, de 12 meses após a apresentação da proposta pela LICITANTE, conforme § 1º do artigo 3º lei nº 10.191/2001.

## 14. DEFINIÇÃO DE CRITÉRIOS TÉCNICOS PARA JULGAMENTO DA PROPOSTA

14.1. A licitante deverá dar lances individualizados para cada item apresentado na seção "Objeto da Contratação".

14.2. Os preços deverão ser expressos em R\$ (Reais) e conter todos os tributos e encargos decorrentes da prestação dos serviços relativos à presente contratação.

14.3. Os preços deverão ser cotados com até 2 (duas) casas decimais.

14.4. A licitante vencedora deve preencher os preços do(s) modelo(s) de proposta comercial (ANEXO G) do(s) item(s) em que for vencedora, conforme lances.

## 15. DA PARTICIPAÇÃO EM CONSÓRCIO

15.1. Não será permitida a participação de empresas em consórcio.

15.2. A natureza do fornecimento de licenças de *software* não enseja a necessidade da previsão da formação em consórcio por si, uma vez que o objeto consiste no fornecimento de um produto digital cuja logística não se apresenta como complexa para fornecimento, ou seja, uma única revenda detém em seu portfólio de serviço condições de atender as demandas prevista nesse TR, sem a necessidade de se consorciar com outra empresa para conseguir atender o objeto na sua completude. Desse modo, não há situação fática que comprove a necessidade da previsão do uso do instituto do consórcio no presente processo.

## 16. DOS CRITÉRIOS DE SELEÇÃO DO FORNECEDOR

16.1. Regime, Tipo, Modalidade da Licitação e Modo de Disputa

16.1.1. O regime da execução dos contratos é de EMPREITADA POR PREÇO GLOBAL, uma vez que se tem certeza da qualidade e especificação do objeto a ser adquirido e também certeza, previamente, dos quantitativos a serem adquiridos para a execução contratual para cada instituição interessada.

16.1.2. O tipo e critério de julgamento da licitação é o MENOR PREÇO DO ITEM para a seleção da proposta mais vantajosa.

16.1.3. De acordo com o §1º do Art. 1º do Decreto nº 10.024, de 20 de setembro de 2019, esta licitação deve ser realizada na modalidade de PREGÃO NA FORMA ELETRÔNICA.

16.1.4. O Modo de Disputa será ABERTO E FECHADO.

16.1.5. Não aplicação da cota reservada (25% para ME: Micro Empresa e EPP: Empresa de Pequeno Porte - Decreto nº 8.538/2015)

## 16.2. Critérios de Qualificação Técnica para a Habilitação

16.2.1. As empresas deverão comprovar a aptidão para a prestação dos serviços em características e prazos compatíveis com o objeto desta licitação, mediante a apresentação de atestado(s)/certidão(ões)/declaração(ões) fornecidos por pessoas jurídicas de direito público ou privado, em nome da licitante, comprovando a execução satisfatória do fornecimento de licenças iguais às previstas na descrição de cada item em disputa em quantitativo não inferior a 5% (cinco por cento) do quantitativo previsto para o referido item.

16.2.1.1. Será permitido o somatório de atestados para comprovar os quantitativos mínimos relativos ao mesmo quesito de capacidade técnica de cada item.

16.2.1.2. A licitante deverá apresentar:

a) atestado(s) de objeto semelhante ao da presente contratação que se refiram a contratos já concluídos ou já decorrido no mínimo 1 (um) ano do início de sua execução, exceto se houver sido firmado para ser executado em prazo inferior, devendo ser comprovado por meio do contrato;

b) declaração do licitante que ateste a não ocorrência do registro de oportunidade, de modo a garantir o princípio constitucional da isonomia e a seleção da proposta mais vantajosa para a Administração Pública, conforme disposto na Lei nº 8.666, de 1993.

16.2.1.3. A licitante deve disponibilizar, quando solicitado, todas as informações necessárias à comprovação de legitimidade do(s) atestado(s) apresentado(s) fornecendo, dentre outros documentos, cópia do contrato que deu suporte à contratação, endereço atual do contratador e local em que foram prestados os serviços.

## 17. DA GARANTIA CONTRATUAL

17.1. O adjudicatário prestará garantia de execução do contrato, nos moldes do art. 56 da Lei nº 8.666, de 1993, com validade durante a execução do contrato e em valor correspondente a 3% (três por cento) do valor total do contrato.

17.2. No prazo máximo de 10 (dez) dias úteis, prorrogáveis por igual período, a critério da CONTRATANTE, contados da assinatura do contrato, a contratada deverá apresentar comprovante de prestação de garantia, podendo optar por caução em dinheiro ou títulos da dívida pública, seguro-garantia ou fiança bancária.

17.2.1. A inobservância do prazo fixado para apresentação da garantia acarretará a aplicação de multa de 0,07% (sete centésimos por cento) do valor total do contrato por dia de atraso, até o máximo de 2% (dois por cento).

17.2.2. O atraso superior a 25 (vinte e cinco) dias autoriza a Administração pública promover a rescisão do contrato por descumprimento ou cumprimento irregular de suas cláusulas, conforme dispõem os incisos I e II do art. 78 da Lei n. 8.666 de 1993.

17.3. A garantia assegurará, qualquer que seja a modalidade escolhida, o pagamento de:

- 17.3.1. prejuízos advindos do não cumprimento do objeto do contrato e do não adimplemento das demais obrigações nele previstas;
- 17.3.2. prejuízos diretos causados à Administração decorrentes de culpa ou dolo durante a execução do contrato;
- 17.3.3. multas moratórias e punitivas aplicadas pela Administração à contratada; e
- 17.3.4. obrigações trabalhistas e previdenciárias de qualquer natureza e para com o FGTS, não adimplidas pela contratada, quando couber.
- 17.4. A modalidade seguro-garantia somente será aceita se contemplar todos os eventos indicados no item anterior, observada a legislação que rege a matéria.
- 17.5. A garantia em dinheiro deverá ser efetuada em favor da CONTRATANTE, em conta específica na Caixa Econômica Federal, com correção monetária.
- 17.6. Caso a opção seja por utilizar títulos da dívida pública, estes devem ter sido emitidos sob a forma escritural, mediante registro em sistema centralizado de liquidação e de custódia autorizado pelo Banco Central do Brasil, e avaliados pelos seus valores econômicos, conforme definido pelo Ministério da Economia.
- 17.7. No caso de garantia na modalidade de fiança bancária, deverá constar expressa renúncia do fiador aos benefícios do artigo 827 do Código Civil.
- 17.8. No caso de alteração do valor do contrato, ou prorrogação de sua vigência, a garantia deverá ser ajustada à nova situação ou renovada, seguindo os mesmos parâmetros utilizados quando da contratação.
- 17.9. Se o valor da garantia for utilizado total ou parcialmente em pagamento de qualquer obrigação, a contratada obriga-se a fazer a respectiva reposição ou endosso no prazo máximo de 15 (quinze) dias úteis, contados da data em que for notificada.
- 17.10. A CONTRATANTE executará a garantia na forma prevista na legislação que rege a matéria.
- 17.11. Será considerada extinta a garantia:
- 17.11.1. com a devolução da apólice, carta fiança ou autorização para o levantamento de importâncias depositadas em dinheiro a título de garantia, acompanhada de declaração da CONTRATANTE, mediante termo circunstanciado, de que a contratada cumpriu todas as cláusulas do contrato;
- 17.12. O garantidor não é parte para figurar em processo administrativo instaurado pela CONTRATANTE com o objetivo de apurar prejuízos e/ou aplicar sanções à contratada.
- 17.13. A contratada autoriza a CONTRATANTE a reter, a qualquer tempo, a garantia, na forma prevista neste Termo de Referência e no Contrato.

## **18. DA SUBCONTRATAÇÃO**

- 18.1. Não será permitida a subcontratação do objeto por se entender que existem empresas no mercado que conseguem atender em sua integralidade o objeto da contratação sem a necessidade de buscar com terceiros serviços ou bens acessórios para conseguir cumprir na integralidade as obrigações contratuais.

## **19. DA ALTERAÇÃO SUBJETIVA**

- 19.1. É admissível a fusão, cisão ou incorporação da contratada com/em outra pessoa jurídica, desde que sejam observados pela nova pessoa jurídica todos os requisitos de habilitação exigidos na licitação original, e sejam mantidas as demais cláusulas e condições do contrato, e não haja prejuízo à execução do objeto contratado e haja a anuência expressa da Administração à continuidade do contrato.
- 19.2. A manutenção do contrato com empresas em processo de fusão, cisão ou incorporação será permitida desde que aprovada pelo órgão gestor da ata de registro de preços e que as empresas envolvidas apresentem e mantenham documentação habilitatória regular e plena condição de atendimento às necessidades técnicas e de documentação exigidas neste Termo de Referência.

**20. DA EQUIPE DE PLANEJAMENTO DA CONTRATAÇÃO E DA APROVAÇÃO**

20.1. A Equipe de Planejamento da Contratação foi instituída pelo Documento de Oficialização de Demanda SEI-ME 5694576.

20.2. Conforme o §6º do art. 12 da IN SGD/ME nº 01, de 2019, o Termo de Referência ou Projeto Básico será assinado pela Equipe de Planejamento da Contratação e pela autoridade máxima da Área de TIC e aprovado pela autoridade competente.

Documento assinado eletronicamente

**CRISTIANO JORGE POUBEL DE CASTRO**

**Integrante Requisitante**

Matrícula/SIAPE 1243346

Documento assinado eletronicamente

**GERVÁSIO ROXO GUIMARÃES**

**Integrante Técnico**

Matrícula/SIAPE 1547789

Documento assinado eletronicamente

**ABDIAS DA SILVA OLIVEIRA**

Matrícula/SIAPE 1101621

Integrante Administrativo

De acordo. À consideração da Diretora da Central de Compras.

Documento assinado eletronicamente

**SILVIO CESAR DA SILVA LIMA**

Coordenador-Geral da CGTIC

Matrícula/SIAPE 1101621

Aprovo o presente Termo de Referência e, conforme §§1º e 4º do art. 6º da Instrução normativa nº 73/2020 SEGES/ME, asseguradas as justificativas e a exposição de motivos constantes da Metodologia de definição do Preço de Referência SEI (10319390), elaborado pela Equipe de Planejamento da Contratação, aprovo também a utilização da metodologia adotada e a utilização de menos de três preços para aqueles produtos em que constatou-se a não existências de preços relacionados, apesar da longa busca por parte da equipe de planejamento.

Documento assinado eletronicamente

**LARA BRAINER MAGALHÃES TORRES DE OLIVEIRA**

Diretora

Matrícula/SIAPE 1503583

**ANEXO A - PAUTA DE DISTRIBUIÇÃO DA DEMANDA POR UASG**

1. A pauta de distribuição resumida encontra-se a seguir.

2.

	<b>Item 1</b>	<b>Item 2</b>	<b>Item 3</b>	<b>Item 4</b>	<b>Item 5</b>	<b>Item 6</b>
AC	-	3	-	-	-	-
AL	-	4	4	-	-	-
AM	12	44	32	3	-	-
AP	-	-	-	-	-	-
BA	8	12	-	1	-	-
CE	-	-	-	-	-	-
DF	62	294	257	12	-	2
ES	-	20	-	1	-	-
GO	-	48	36	1	-	330
MA	-	-	-	-	-	-
MG	18	20	-	1	8	8
MS	7	14	-	2	-	-
MT	-	8	-	1	-	-
PA	13	-	6	2	2	2
PB	4	-	-	1	-	-
PE	30	44	64	33	20	20
PI	-	60	2	4	-	-
PR	1	7	1	2	1	1
RJ	27	145	58	13	68	68
RN	-	44	-	1	-	-
RO	12	-	12	3	-	-
RR	10	10	10	10	20	20
RS	2	9	3	1	8	9
SC	-	-	-	-	-	-
SE	-	56	8	3	-	-
SP	51	1	1	4	1	1
TO	-	-	-	-	-	-
<b>Total</b>	<b>257</b>	<b>843</b>	<b>494</b>	<b>99</b>	<b>128</b>	<b>461</b>

3. A seguir encontra-se a pauta de distribuição detalhada constando a indicação de cada UASG e a respectiva quantidade prevista.

ITEM 01			
IDENTIFICAÇÃO DA UASG	Unidade de Fornecimento	Município/UF de Entrega	Quantidade
927020 - POLÍCIA CIVIL DO ESTADO DE RORAIMA	Unidade	Boa Vista/RR	10
203003 - AGENCIA NACIONAL DO CINEMA - PR	Unidade	Rio de Janeiro/RJ	16
155912 - HOSPITAL UNIV JULIO MARIA BANDEIRA DE MELLO	Unidade	Cajazeiras/PB	4
170007 - COORDENACAO-GERAL DE DESENVOLV.INSTITUCIONAL	Unidade	BRASÍLIA/DF	16
160253 - 1 BATALHAO DE GUARDA/RJ	Unidade	Rio de Janeiro/RJ	1
200109 - MJ-DPRF-DEPART.DE POL.RODOVIARIA FEDERAL/DF	Unidade	BRASÍLIA/DF	40
153283 - FACULDADE DE CIENCIAS ECONOMICAS/UFGM	Unidade	Belo Horizonte/MG	18
160016 - COMANDO DO COMANDO MILITAR DA AMAZONIA/MEX/AM	Unidade	Manaus/AM	12
160163 - COMANDO DA 8. REGIAO MILITAR	Unidade	Belém/PA	3
160170 - COMANDO 23 BRIGADA DE INFANTARIA DE SELVA	Unidade	Marabá/PA	2
742000 - CENTRO TECNOLÓGICO DA MARINHA EM SAO PAULO	Unidade	Ipero/SP	10
742000 - CENTRO TECNOLÓGICO DA MARINHA EM SAO PAULO		São Paulo/SP	40
160213 - 5 BATALHAO LOGISTICO	Unidade	Curitiba/PR	1
183023 - INST.NAC.DE METROLOGIA QUALIDADE E TECNOLOGIA	Unidade	Duque de Caxias/RJ	10
786810 - CENTRO DE INTENDENCIA DA MARINHA EM LADARIO	Unidade	Ladário/MS	6
80007 - TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 5A.REGIAO	Unidade	Salvador/BA	8
110322 - GABINETE DE SEGURANÇA INSTITUCIONAL	Unidade	BRASÍLIA/DF	6
158269 - INST.FED.FARROUP./CAMPUS JULIO DE CASTILHOS	Unidade	Júlio de Castilhos/RS	2
160469 - 2 GRUPO ARTILHARIA CAMPANHA AUTOPROPULSADO	Unidade	Itu/SP	1
240125 - MUSEU PARAENSE EMILIO GOELDI	Unidade	Belém/PA	8
154502 - FUNDAÇÃO UNIV. FEDERAL DA GRANDE DOURADOS	Unidade	Dourados/MS	1
160182 - 7ª COMPANHIA DE COMUNICAÇÕES	Unidade	Recife/PE	30
80015 - TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 14A.REGIAO	Unidade	Porto Velho/RO	12
ITEM 02			
IDENTIFICAÇÃO DA UASG	Unidade de Fornecimento	Município/UF de Entrega	Quantidade
927020 - POLÍCIA CIVIL DO ESTADO DE RORAIMA	Unidade	Boa Vista/RR	10
153132 - CENTRO DE CIÊNCIAS JURÍDICAS E ECONÔMICAS	Unidade	Rio de Janeiro/RJ	1

ITEM 01			
203003 - AGENCIA NACIONAL DO CINEMA - PR	Unidade	Rio de Janeiro/RJ	24
170007 - COORDENACAO-GERAL DE DESENVOLV.INSTITUCIONAL	Unidade	BRASÍLIA/DF	24
158157 - INST.FED.DE EDUC.,CIENC.E TEC.DO R.DE JANEIRO	Unidade	Rio de Janeiro/RJ	4
200109 - MJ-DPRF-DEPART.DE POL.RODOVIARIA FEDERAL/DF	Unidade	BRASÍLIA/DF	64
153046 - UNIVERSIDADE FEDERAL DO ESPIRITO SANTO/ES	Unidade	Vitória/ES	20
158134 - INST.FED.DE EDUC.,CIENC.E TEC.DE SERGIPE	Unidade	Aracaju/SE	8
170607 - DIRETORIA DE ADMINISTRAÇÃO E LOGÍSTICA	Unidade	BRASÍLIA/DF	152
323031 - AGENCIA NACIONAL DO PETROLEO - ANP - RJ	Unidade	Rio de Janeiro/RJ	50
443033 - COORDENACAO GERAL DE FINANÇAS/DF	Unidade	BRASÍLIA/DF	24
160192 - BASE DE ADM. E APOIO 5º DIVISÃO DO EXÉRCITO	Unidade	Curitiba/PR	6
153283 - FACULDADE DE CIENCIAS ECONOMICAS/UFGM	Unidade	Belo Horizonte/MG	14
114702 - ENAP-ESCOLA NACIONAL DE ADM.PUBLICA/DF	Unidade	BRASÍLIA/DF	18
153166 - MEC-UFRRJ-UNIV.FED.RURAL DO R.DE JANEIRO/RJ	Unidade	SEROPÉDICA/RJ	10
158124 - INST.FED.DE EDUC., CIENCIA E TEC. GOIANO	Unidade	Goiânia/GO	12
160016 - COMANDO DO COMANDO MILITAR DA AMAZONIA/MEX/AM	Unidade	Manaus/AM	12
156677 - UNIVERSIDADE FEDERAL DE RONDONOPOLIS	Unidade	Rondonópolis/MT	8
153103 - UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE DO NORTE	Unidade	Natal/RN	44
925478 - SECRETARIA DE ESTADO DA EDUCAÇÃO DO PIAUÍ	Unidade	Teresina/PI	60
80022 - TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 19A. REGIAO	Unidade	Maceió/AL	4
160213 - 5 BATALHAO LOGISTICO	Unidade	Curitiba/PR	1
80006 - TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 6A.REGIAO	Unidade	Recife/PE	30
183023 - INST.NAC.DE METROLOGIA QUALIDADE E TECNOLOGIA	Unidade	Duque de Caxias/RJ	20
80007 - TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 5A.REGIAO	Unidade	Salvador/BA	12
160062 - CENTRO DE INTELIGENCIA DO EXERCITO/MEX/DF	Unidade	BRASÍLIA/DF	12
160395 - COMANDO DO COMANDO MILITAR DO SUL/RS	Unidade	Porto Alegre/RS	8
158269 - INST.FED.FARROUP./CAMPUS JULIO DE CASTILHOS	Unidade	Júlio de Castilhos/RS	1
80023 - TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 20A. REGIAO	Unidade	Aracaju/SE	48

ITEM 01			
254423 - CENTRO DE PESQUISAS RENE RACHAU	Unidade	Belo Horizonte/MG	6
154044 - FUNDACAO UNIVERSIDADE FEDERAL/AC	Unidade	Rio Branco/AC	3
160469 - 2 GRUPO ARTILHARIA CAMPANHA AUTOPROPULSADO	Unidade	Itu/SP	1
154039 - FUNDACAO UNIVERSIDADE DO AMAZONAS/AM	Unidade	Manaus/AM	32
720305 - CENTRO TECNOLÓGICO DA MARINHA NO RJ	Unidade	Rio de Janeiro/RJ	16
154502 - FUNDAÇÃO UNIV. FEDERAL DA GRANDE DOURADOS	Unidade	Dourados/MS	14
80020 - TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO 18A.REG/GO	Unidade	Goiânia/GO	36
160182 - 7ª COMPANHIA DE COMUNICAÇÕES	Unidade	Recife/PE	10
113201 - SAE-CNEN-COMIS.NACIONAL DE ENERGIA NUCLEAR/RJ	Unidade	Rio de Janeiro/RJ	20
533014 - SUPERINTENDENCIA DO DESENVOL. DO NORDESTE	Unidade	Recife/PE	4
ITEM 03			
IDENTIFICAÇÃO DA UASG	Unidade de Fornecimento	Município/UF de Entrega	Quantidade
927020 - POLÍCIA CIVIL DO ESTADO DE RORAIMA	Unidade	Boa Vista/RR	10
170007 - COORDENACAO-GERAL DE DESENVOLV.INSTITUCIONAL	Unidade	BRASÍLIA/DF	40
200109 - MJ-DPRF-DEPART.DE POL.RODOVIARIA FEDERAL/DF	Unidade	BRASÍLIA/DF	64
158134 - INST.FED.DE EDUC.,CIENC.E TEC.DE SERGIPE	Unidade	Aracaju/SE	8
170607 - DIRETORIA DE ADMINISTRAÇÃO E LOGÍSTICA	Unidade	BRASÍLIA/DF	152
323031 - AGENCIA NACIONAL DO PETROLEO - ANP - RJ	Unidade	Rio de Janeiro/RJ	50
925387 - PREFEITURA MUNICIPAL DE BELÉM	Unidade	Belém/PA	6
925478 - SECRETARIA DE ESTADO DA EDUCAÇÃO DO PIAUÍ	Unidade	Teresina/PI	2
80022 - TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 19A. REGIAO	Unidade	Maceió/AL	4
80006 - TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 6A.REGIAO	Unidade	Recife/PE	30
160213 - 5 BATALHAO LOGISTICO	Unidade	Curitiba/PR	1
183023 - INST.NAC.DE METROLOGIA QUALIDADE E TECNOLOGIA	Unidade	Duque de Caxias/RJ	8
160062 - CENTRO DE INTELIGENCIA DO EXERCITO/MEX/DF	Unidade	BRASÍLIA/DF	1
158269 - INST.FED.FARROUP./CAMPUS JULIO DE CASTILHOS	Unidade	Júlio de Castilhos/RS	3
160469 - 2 GRUPO ARTILHARIA CAMPANHA AUTOPROPULSADO	Unidade	Itu/SP	1
154039 - FUNDACAO UNIVERSIDADE DO AMAZONAS/AM	Unidade	Manaus/AM	32



ITEM 01			
80020 - TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO 18A.REG/GO	Unidade	Goiânia/GO	36
160182 - 7ª COMPANHIA DE COMUNICAÇÕES	Unidade	Recife/PE	30
533014 - SUPERINTENDENCIA DO DESENVOL. DO NORDESTE	Unidade	Recife/PE	4
80015 - TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 14A.REGIAO	Unidade	Porto Velho/RO	12
ITEM 04			
IDENTIFICAÇÃO DA UASG	Unidade de Fornecimento	Município/UF de Entrega	Quantidade
927020 - POLÍCIA CIVIL DO ESTADO DE RORAIMA	Unidade	Boa Vista/RR	10
203003 - AGENCIA NACIONAL DO CINEMA - PR	Unidade	Rio de Janeiro/RJ	2
155912 - HOSPITAL UNIV JULIO MARIA BANDEIRA DE MELLO	Unidade	Cajazeiras/PB	1
170007 - COORDENACAO-GERAL DE DESENVOLV.INSTITUCIONAL	Unidade	BRASÍLIA/DF	2
200109 - MJ-DPRF-DEPART.DE POL.RODOVIARIA FEDERAL/DF	Unidade	BRASÍLIA/DF	1
153046 - UNIVERSIDADE FEDERAL DO ESPIRITO SANTO/ES	Unidade	Vitória/ES	1
158134 - INST.FED.DE EDUC.,CIENC.E TEC.DE SERGIPE	Unidade	Aracaju/SE	1
170607 - DIRETORIA DE ADMINISTRAÇÃO E LOGÍSTICA	Unidade	BRASÍLIA/DF	5
323031 - AGENCIA NACIONAL DO PETROLEO - ANP - RJ	Unidade	Rio de Janeiro/RJ	5
443033 - COORDENACAO GERAL DE FINANÇAS/DF	Unidade	BRASÍLIA/DF	1
153103 - UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE DO NORTE	Unidade	Natal/RN	1
114702 - ENAP-ESCOLA NACIONAL DE ADM.PUBLICA/DF	Unidade	BRASÍLIA/DF	1
160192 - BASE DE ADM. E APOIO 5º DIVISÃO DO EXÉRCITO	Unidade	Curitiba/PR	1
153166 - MEC-UFRRJ-UNIV.FED.RURAL DO R.DE JANEIRO/RJ	Unidade	SEROPÉDICA/RJ	1
160016 - COMANDO DO COMANDO MILITAR DA AMAZONIA/MEX/AM	Unidade	Manaus/AM	2
160163 - COMANDO DA 8. REGIAO MILITAR	Unidade	Belém/PA	1
156677 - UNIVERSIDADE FEDERAL DE RONDONOPOLIS	Unidade	Rondonópolis/MT	1
925478 - SECRETARIA DE ESTADO DA EDUCAÇÃO DO PIAUÍ	Unidade	Teresina/PI	4
742000 - CENTRO TECNOLÓGICO DA MARINHA EM SAO PAULO	Unidade	Ipero/SP	1
742000 - CENTRO TECNOLÓGICO DA MARINHA EM SAO PAULO	Unidade	São Paulo/SP	2
160213 - 5 BATALHAO LOGISTICO	Unidade	Curitiba/PR	1
80006 - TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 6A.REGIAO	Unidade	Recife/PE	1

ITEM 01			
183023 - INST.NAC.DE METROLOGIA QUALIDADE E TECNOLOGIA	Unidade	Duque de Caxias/RJ	2
786810 - CENTRO DE INTENDENCIA DA MARINHA EM LADARIO	Unidade	Ladário/MS	1
160062 - CENTRO DE INTELIGENCIA DO EXERCITO/MEX/DF	Unidade	BRASÍLIA/DF	1
110322 - GABINETE DE SEGURANÇA INSTITUCIONAL	Unidade	BRASÍLIA/DF	1
158269 - INST.FED.FARROUP./CAMPUS JULIO DE CASTILHOS	Unidade	Júlio de Castilhos/RS	1
80023 - TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 20A. REGIAO	Unidade	Aracaju/SE	2
254423 - CENTRO DE PESQUISAS RENE RACHAU	Unidade	Belo Horizonte/MG	1
158148 - INST.FED.DE EDUC.,CIENC.E TEC.DE RONDONIA	Unidade	Porto Velho/RO	1
160469 - 2 GRUPO ARTILHARIA CAMPANHA AUTOPROPULSADO	Unidade	Itu/SP	1
240125 - MUSEU PARAENSE EMILIO GOELDI	Unidade	Belém/PA	1
154039 - FUNDACAO UNIVERSIDADE DO AMAZONAS/AM	Unidade	Manaus/AM	1
720305 - CENTRO TECNOLÓGICO DA MARINHA NO RJ	Unidade	Rio de Janeiro/RJ	2
154502 - FUNDAÇÃO UNIV. FEDERAL DA GRANDE DOURADOS	Unidade	Dourados/MS	1
80020 - TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO 18A.REG/GO	Unidade	Goiânia/GO	1
160182 - 7ª COMPANHIA DE COMUNICAÇÕES	Unidade	Recife/PE	30
113201 - SAE-CNEN-COMIS.NACIONAL DE ENERGIA NUCLEAR/RJ	Unidade	Rio de Janeiro/RJ	1
533014 - SUPERINTENDENCIA DO DESENVOL. DO NORDESTE	Unidade	Recife/PE	2
158129 - INST.FED.DE EDUC., CIENC. E TEC. BAIANO	Unidade	Salvador/BA	1
80015 - TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 14A.REGIAO	Unidade	Porto Velho/RO	2
ITEM 05			
IDENTIFICAÇÃO DA UASG	Unidade de Fornecimento	Município/UF de Entrega	Quantidade
927020 - POLÍCIA CIVIL DO ESTADO DE RORAIMA	Unidade	Boa Vista/RR	20
203003 - AGENCIA NACIONAL DO CINEMA - PR	Unidade	Rio de Janeiro/RJ	48
153152 - HOSPITAL UNIVERSITARIO DA UFRJ	Unidade	Rio de Janeiro/RJ	20
158440 - IFE.CIENC.E TEC. DO NORTE DE MG/C.PIRAPORA	Unidade	Pirapora/MG	8
160170 - COMANDO 23 BRIGADA DE INFANTARIA DE SELVA	Unidade	Marabá/PA	2
160213 - 5 BATALHAO LOGISTICO	Unidade	Curitiba/PR	1
155570 - CAMPUS FREDERICO WESTPHALEN	Unidade	Frederico Westphalen/RS	6
158269 - INST.FED.FARROUP./CAMPUS JULIO DE CASTILHOS	Unidade	Júlio de Castilhos/RS	2

ITEM 01			
160469 - 2 GRUPO ARTILHARIA CAMPANHA AUTOPROPULSADO	Unidade	Itu/SP	1
160182 - 7ª COMPANHIA DE COMUNICAÇÕES	Unidade	Recife/PE	20
ITEM 06			
IDENTIFICAÇÃO DA UASG	Unidade de Fornecimento	Município/UF de Entrega	Quantidade
927020 - POLÍCIA CIVIL DO ESTADO DE RORAIMA	Unidade	Boa Vista/RR	20
203003 - AGENCIA NACIONAL DO CINEMA - PR	Unidade	Rio de Janeiro/RJ	48
153152 - HOSPITAL UNIVERSITARIO DA UFRJ	Unidade	Rio de Janeiro/RJ	20
158440 - IFE.CIENC.E TEC. DO NORTE DE MG/C.PIRAPORA	Unidade	Pirapora/MG	8
160170 - COMANDO 23 BRIGADA DE INFANTARIA DE SELVA	Unidade	Marabá/PA	2
160213 - 5 BATALHAO LOGISTICO	Unidade	Curitiba/PR	1
160062 - CENTRO DE INTELIGENCIA DO EXERCITO/MEX/DF	Unidade	BRASÍLIA/DF	2
158269 - INST.FED.FARROUP./CAMPUS JULIO DE CASTILHOS	Unidade	Júlio de Castilhos/RS	1
160469 - 2 GRUPO ARTILHARIA CAMPANHA AUTOPROPULSADO	Unidade	Itu/SP	1
160413 - COMANDO DA 3ª DIV DO EX - BASE ADM DA GUAR SM	Unidade	Santa Maria/RS	8
80020 - TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO 18A.REG/GO	Unidade	Goiânia/GO	330
160182 - 7ª COMPANHIA DE COMUNICAÇÕES	Unidade	Recife/PE	20

## ANEXO B - MODELO DE ORDEM DE FORNECIMENTO DE BENS (OFB)

### 1. ORDEM DE FORNECIMENTO DE BENS

Órgão ou Instituição "XXXX"	Contrato nº XX/XXXX
	OFB - AAAA- XXXX

### 2. DESCRIÇÃO GERAL DOS PRODUTOS, INCLUINDO O QUE SERÁ E O QUE NÃO SERÁ EXIGIDO

--

### 3. BENS E QUANTIDADES

Numeração	PRODUTOS	QUANTIDADE DOS PRODUTOS
-----------	----------	-------------------------


#### 4. PRAZO PARA FORNECIMENTO

Data e hora de início	Data e hora de término

\_\_\_\_\_ de \_\_\_\_\_, Cidade XXX, \_\_\_\_ de \_\_\_\_\_.

<p>_____ Responsável técnico da empresa Empresa xxxxxxxxxxxx</p>	<p>_____ Responsável técnico do Órgão ou Entidade Órgão ou Entidade</p>
--	---

#### ANEXO C - MODELO DE TERMO DE COMPROMISSO

##### TERMO DE COMPROMISSO

O <NOME DO ÓRGÃO>, sediado em <ENDEREÇO>, CNPJ n.º<CNPJ>, doravante denominado CONTRATANTE, e, de outro lado, a <NOME DA EMPRESA>, sediada em <ENDEREÇO>, CNPJ n.º<CNPJ>, doravante denominada CONTRATADA;

CONSIDERANDO que, em razão do CONTRATO N.º XX/20XX doravante denominado CONTRATO PRINCIPAL, a CONTRATADA poderá ter acesso a informações sigilosas do CONTRATANTE;

CONSIDERANDO a necessidade de ajustar as condições de revelação destas informações sigilosas, bem como definir as regras para o seu uso e proteção;

CONSIDERANDO o disposto na Política de Segurança da Informação do CONTRATANTE;

Resolvem celebrar o presente TERMO DE COMPROMISSO DE MANUTENÇÃO DE SIGILO, doravante TERMO, vinculado ao CONTRATO PRINCIPAL, mediante as seguintes cláusulas e condições:

##### Cláusula Primeira – DO OBJETO

Constitui objeto deste TERMO o estabelecimento de condições específicas para regulamentar as obrigações a serem observadas pela CONTRATADA, no que diz respeito ao trato de informações sigilosas, disponibilizadas pela CONTRATANTE, por força dos procedimentos necessários para a execução do objeto do CONTRATO PRINCIPAL celebrado entre as partes e em acordo com o que dispõem a Lei nº 12.527, de

18/11/2011 e os Decretos nº 7.724, de 16/05/2012 e 7.845, de 14/11/2012, que regulamentam os procedimentos para acesso e tratamento de informação classificada em qualquer grau de sigilo.

## **Cláusula Segunda – DOS CONCEITOS E DEFINIÇÕES**

Para os efeitos deste TERMO, são estabelecidos os seguintes conceitos e definições:

**INFORMAÇÃO:** dados, processados ou não, que podem ser utilizados para produção e transmissão de conhecimento, contidos em qualquer meio, suporte ou formato.

**INFORMAÇÃO SIGILOSA:** aquela submetida temporariamente à restrição de acesso público em razão de sua imprescindibilidade para a segurança da sociedade e do Estado.

**CONTRATO PRINCIPAL:** contrato celebrado entre as partes, ao qual este TERMO se vincula.

## **Cláusula Terceira – DA INFORMAÇÃO SIGILOSA**

Serão consideradas como informação sigilosa, toda e qualquer informação classificada ou não nos graus de sigilo ultrassecreto, secreto e reservado. O TERMO abrangerá toda informação escrita, verbal, ou em linguagem computacional em qualquer nível, ou de qualquer outro modo apresentada, tangível ou intangível, podendo incluir, mas não se limitando a: *know-how*, técnicas, especificações, relatórios, compilações, código fonte de programas de computador na íntegra ou em partes, fórmulas, desenhos, cópias, modelos, amostras de ideias, aspectos financeiros e econômicos, definições, informações sobre as atividades do CONTRATANTE e/ou quaisquer informações técnicas/comerciais relacionadas/resultantes ou não ao CONTRATO PRINCIPAL, doravante denominados INFORMAÇÕES, a que diretamente ou pelos seus empregados, a CONTRATADA venha a ter acesso, conhecimento ou que venha a lhe ser confiada durante e em razão das atuações de execução do CONTRATO PRINCIPAL celebrado entre as partes.

## **Cláusula Quarta – DOS LIMITES DO SIGILO**

As obrigações constantes deste TERMO não serão aplicadas às INFORMAÇÕES que:

I – sejam comprovadamente de domínio público no momento da revelação, exceto se tal fato decorrer de ato ou omissão da CONTRATADA;

II – tenham sido comprovadas e legitimamente recebidas de terceiros, estranhos ao presente TERMO;

III – sejam reveladas em razão de requisição judicial ou outra determinação válida do Governo, somente até a extensão de tais ordens, desde que as partes cumpram qualquer medida de proteção pertinente e tenham sido notificadas sobre a existência de tal ordem, previamente e por escrito, dando a esta, na medida do possível, tempo hábil para pleitear medidas de proteção que julgar cabíveis.

## **Cláusula Quinta – DOS DIREITOS E OBRIGAÇÕES**

As partes se comprometem a não revelar, copiar, transmitir, reproduzir, utilizar, transportar ou dar conhecimento, em hipótese alguma, a terceiros, bem como a não permitir que qualquer empregado envolvido direta ou indiretamente na execução do CONTRATO PRINCIPAL, em qualquer nível hierárquico de sua estrutura organizacional e sob quaisquer alegações, faça uso dessas INFORMAÇÕES, que se restringem estritamente ao cumprimento do CONTRATO PRINCIPAL.

**Parágrafo Primeiro** – A CONTRATADA se compromete a não efetuar qualquer tipo de cópia da informação sigilosa sem o consentimento expresso e prévio do CONTRATANTE.

**Parágrafo Segundo** – A CONTRATADA compromete-se a dar ciência e obter o aceite formal da direção e empregados que atuarão direta ou indiretamente na execução do CONTRATO PRINCIPAL sobre a existência deste TERMO bem como da natureza sigilosa das informações.

I – A CONTRATADA deverá firmar acordos por escrito com seus empregados visando garantir o cumprimento de todas as disposições do presente TERMO e dará ciência ao CONTRATANTE dos documentos comprobatórios.

**Parágrafo Terceiro** – A CONTRATADA obriga-se a tomar todas as medidas necessárias à proteção da informação sigilosa do CONTRATANTE, bem como evitar e prevenir a revelação a terceiros, exceto se devidamente autorizado por escrito pelo CONTRATANTE.

Parágrafo Quarto – Cada parte permanecerá como fiel depositária das informações reveladas à outra parte em função deste TERMO.

I – Quando requeridas, as INFORMAÇÕES deverão retornar imediatamente ao proprietário, bem como todas e quaisquer cópias eventualmente existentes.

Parágrafo Quinto – A CONTRATADA obriga-se por si, sua controladora, suas controladas, coligadas, representantes, procuradores, sócios, acionistas e cotistas, por terceiros eventualmente consultados, seus empregados e contratados, assim como por quaisquer outras pessoas vinculadas à CONTRATADA, direta ou indiretamente, a manter sigilo, bem como a limitar a utilização das informações disponibilizadas em face da execução do CONTRATO PRINCIPAL.

Parágrafo Sexto - A CONTRATADA, na forma disposta no parágrafo primeiro, acima, também se obriga a:

I – Não discutir perante terceiros, usar, divulgar, revelar, ceder a qualquer título ou dispor das INFORMAÇÕES, no território brasileiro ou no exterior, para nenhuma pessoa, física ou jurídica, e para nenhuma outra finalidade que não seja exclusivamente relacionada ao objetivo aqui referido, cumprindo-lhe adotar cautelas e precauções adequadas no sentido de impedir o uso indevido por qualquer pessoa que, por qualquer razão, tenha acesso a elas;

II – Responsabilizar-se por impedir, por qualquer meio em direito admitido, arcando com todos os custos do impedimento, mesmo judiciais, inclusive as despesas processuais e outras despesas derivadas, a divulgação ou utilização das INFORMAÇÕES por seus agentes, representantes ou por terceiros;

III – Comunicar ao CONTRATANTE, de imediato, de forma expressa e antes de qualquer divulgação, caso tenha que revelar qualquer uma das INFORMAÇÕES, por determinação judicial ou ordem de atendimento obrigatório determinado por órgão competente; e

IV – Identificar as pessoas que, em nome da CONTRATADA, terão acesso às informações sigilosas.

#### **Cláusula Sexta – DA VIGÊNCIA**

O presente TERMO tem natureza irrevogável e irretratável, permanecendo em vigor desde a data de sua assinatura até expirar o prazo de classificação da informação a que a CONTRATADA teve acesso em razão do CONTRATO PRINCIPAL.

A vigência deste Termo independe do prazo de vigência do contrato assinado.

#### **Cláusula Sétima – DAS PENALIDADES**

A quebra do sigilo e/ou da confidencialidade das INFORMAÇÕES, devidamente comprovada, possibilitará a imediata aplicação de penalidades previstas conforme disposições contratuais e legislações em vigor que tratam desse assunto, podendo até culminar na rescisão do CONTRATO PRINCIPAL firmado entre as PARTES. Nesse caso, a CONTRATADA, estará sujeita, por ação ou omissão, ao pagamento ou recomposição de todas as perdas e danos sofridos pelo CONTRATANTE, inclusive as de ordem moral, bem como as de responsabilidades civil e criminal, as quais serão apuradas em regular processo administrativo ou judicial, sem prejuízo das demais sanções legais cabíveis, conforme art. 87 da Lei nº. 8.666/93.

#### **Cláusula Oitava – DISPOSIÇÕES GERAIS**

Este TERMO de Confidencialidade é parte integrante e inseparável do CONTRATO PRINCIPAL.

Parágrafo Primeiro – Surgindo divergências quanto à interpretação do disposto neste instrumento, ou quanto à execução das obrigações dele decorrentes, ou constatando-se casos omissos, as partes buscarão solucionar as divergências de acordo com os princípios de boa-fé, da equidade, da razoabilidade, da economicidade e da moralidade.

Parágrafo Segundo – O disposto no presente TERMO prevalecerá sempre em caso de dúvida e, salvo expressa determinação em contrário, sobre eventuais disposições constantes de outros instrumentos conexos firmados entre as partes quanto ao sigilo de informações, tal como aqui definidas.

Parágrafo Terceiro - Havendo necessidade legal devido a Programas de Governo, a CONTRATADA assume o compromisso de assinar Termo de Sigilo (ou equivalente) adicional relacionado ao Programa, prevalecendo as cláusulas mais restritivas em benefício do CONTRATANTE.

Parágrafo Quarto – Ao assinar o presente instrumento, a CONTRATADA manifesta sua concordância no sentido de que:

I – O CONTRATANTE terá o direito de, a qualquer tempo e sob qualquer motivo, auditar e monitorar as atividades da CONTRATADA;

II – A CONTRATADA deverá disponibilizar, sempre que solicitadas formalmente pelo CONTRATANTE, todas as informações requeridas pertinentes ao CONTRATO PRINCIPAL;

III – A omissão ou tolerância das partes, em exigir o estrito cumprimento das condições estabelecidas neste instrumento, não constituirá novação ou renúncia, nem afetará os direitos, que poderão ser exercidos a qualquer tempo;

IV – Todas as condições, TERMOS e obrigações ora constituídos serão regidos pela legislação e regulamentação brasileiras pertinentes;

V – O presente TERMO somente poderá ser alterado mediante TERMO aditivo firmado pelas partes;

VI – Alterações do número, natureza e quantidade das informações disponibilizadas para a CONTRATADA não descaracterizarão ou reduzirão o compromisso e as obrigações pactuadas neste TERMO, que permanecerá válido e com todos seus efeitos legais em qualquer uma das situações tipificadas neste instrumento;

VII – O acréscimo, complementação, substituição ou esclarecimento de qualquer uma das informações disponibilizadas para a CONTRATADA, serão incorporados a este TERMO, passando a fazer dele parte integrante, para todos os fins e efeitos, recebendo também a mesma proteção descrita para as informações iniciais disponibilizadas, sendo necessária a formalização de TERMO aditivo a CONTRATO PRINCIPAL;

VIII – Este TERMO não deve ser interpretado como criação ou envolvimento das Partes, ou suas filiadas, nem em obrigação de divulgar INFORMAÇÕES para a outra Parte, nem como obrigação de celebrarem qualquer outro acordo entre si.

#### Cláusula Nona – DO FORO

O CONTRATANTE elege o foro da <CIDADE DO CONTRATANTE>, onde está localizada a sede do CONTRATANTE, para dirimir quaisquer dúvidas originadas do presente TERMO, com renúncia expressa a qualquer outro, por mais privilegiado que seja.

E, por assim estarem justas e estabelecidas as condições, o presente TERMO DE COMPROMISSO DE MANUTENÇÃO DE SIGILO é assinado pelas partes em 2 vias de igual teor e um só efeito.

\_\_\_\_\_, \_\_\_\_\_ de \_\_\_\_\_ de 20 \_\_\_\_

De acordo.

CONTRATANTE	CONTRATADA
<div>_____ &lt;Nome&gt; Matrícula: &lt;Matr.&gt;</div>	<div>_____ &lt;Nome&gt; &lt;Qualificação&gt;</div>

Testemunhas	
Testemunha 1	Testemunha 2
<hr/>	<hr/>
<Nome>	<Nome>
<Qualificação>	<Qualificação>

**ANEXO D - MODELO DE TERMO DE CIÊNCIA****TERMO DE CIÊNCIA**

Contrato N°:	
Objeto:	
Contratante:	
Gestor do Contrato:	Matr.:
Contratada:	CNPJ:
Preposto da Contratada:	CPF:

Por este instrumento, os funcionários abaixo-assinados declaram ter ciência e conhecer o teor do Termo de Compromisso de Manutenção de Sigilo e as normas de segurança vigentes no Contratante.

\_\_\_\_\_, \_\_\_\_\_ de \_\_\_\_\_ de 20\_\_\_\_.

Ciência

CONTRATADA
Funcionários



<p>_____ &lt;Nome&gt; Matrícula: &lt;Matr.&gt;</p>	<p>_____ &lt;Nome&gt; Matrícula: &lt;Matr.&gt;</p>
<p>_____ &lt;Nome&gt; Matrícula: &lt;Matr.&gt;</p>	<p>_____ &lt;Nome&gt; Matrícula: &lt;Matr.&gt;</p>
<p>_____ &lt;Nome&gt; Matrícula: &lt;Matr.&gt;</p>	<p>_____ &lt;Nome&gt; Matrícula: &lt;Matr.&gt;</p>
<p>_____ &lt;Nome&gt; Matrícula: &lt;Matr.&gt;</p>	<p>_____ &lt;Nome&gt; Matrícula: &lt;Matr.&gt;</p>

## ANEXO E - MODELO DE TERMO DE RECEBIMENTO DEFINITIVO

### TERMO DE RECEBIMENTO DEFINITIVO

<b>INTRODUÇÃO</b>				
O Termo de Recebimento Definitivo declarará formalmente à Contratada que o objeto da OFB foi devidamente avaliado e atende aos requisitos estabelecidos em contrato.				
<b>IDENTIFICAÇÃO</b>				
Contrato nº [XXXXXXX] Contratada: [XXXXXXX] Contratante: [XXXXXXX]				
OFB Nº: <XXXXXXXX>			Data da Emissão: <dia> de <mês> de <ano>.	
Solução de TI				
<b>ESPECIFICAÇÃO DOS PRODUTOS</b>				
Item	Descrição de Produto e Serviço	Métrica	Quantidade	Total
1.	<Descrição igual da OFB >	unidade		
...				
<b>TOTAL DOS ITENS</b>				

Por este instrumento, atestamos para fins de cumprimento do disposto no art. 33, inciso VIII, da Instrução Normativa nº 01/2019 SGD/ME, que os serviços e/ou bens integrantes da **OFB** acima identificada, ou conforme definido no Modelo de Execução do contrato supracitado, atendem às exigências especificadas no Termo de Referência / Projeto Básico do Contrato acima referenciado.

**DE ACORDO:**

Gestor	Fiscal Requisitante do Contrato
<p>_____</p> <p>&lt;nome do Gestor&gt;</p> <p>Matr.: &lt;nº da matrícula&gt;</p> <p>Local, &lt;dia&gt; de &lt;mês&gt; de &lt;ano&gt;.</p>	<p>_____</p> <p>&lt;nome do fiscal requisitante do contrato&gt;</p> <p>&lt;Qualificação&gt;</p> <p>Local, &lt;dia&gt; de &lt;mês&gt; de &lt;ano&gt;.</p>

**ANEXO F - MODELO DE TERMO DE RECEBIMENTO PROVISÓRIO****TERMO DE RECEBIMENTO PROVISÓRIO****INTRODUÇÃO**

O Termo de Recebimento Provisório declarará formalmente à Contratada que o objeto da OFB foi devidamente entregue para fins de avaliação da qualidade e posterior emissão do Termo de Recebimento Definitivo.

**IDENTIFICAÇÃO**

Contrato nº [XXXXXXXX] Contratada: [XXXXXXXX] Contratante: [XXXXXXXX]

OFB Nº: <XXXXXXXXXX> Data da Emissão: <dia> de <mês> de <ano>.

Solução de TI

**ESPECIFICAÇÃO DOS PRODUTOS**

Item	Descrição de Produto e Serviço	Métrica	Quantidade	Total
1.	<Descrição igual da OFB>			
...				
<b>TOTAL DOS ITENS</b>				

Por este instrumento, atestamos para fins de cumprimento do disposto no art. 33, inciso VIII, da Instrução Normativa nº 01/2019 SGD/ME, que os serviços e/ou bens integrantes da **OFB** acima identificada, ou conforme definido no Modelo de Execução do contrato supracitado, atendem às exigências especificadas no Termo de Referência / Projeto Básico do Contrato acima referenciado.

**DE ACORDO:**

<b>Fiscal Técnico</b>	
<div style="text-align: center;"><hr/><p>&lt;nome do fiscal técnico&gt; Matr.: &lt;nº da matrícula&gt;</p></div>	
Local, <dia> de <mês> de <ano>.	

**ANEXO G - MODELO DE TERMO DE ENCERRAMENTO DO CONTRATO****TERMO DE ENCERRAMENTO DO CONTRATO****Identificação**

Contrato Número:	
Objeto:	
Contratante:	
Contratada:	

**Termos**

Por este instrumento, as partes acima identificadas resolvem registrar o encerramento do contrato em epígrafe e ressaltar o que segue:

O presente contrato está sendo encerrado por motivo de <motivo>.

As partes concedem-se mutuamente plena, geral, irrestrita e irrevogável quitação de todas as obrigações diretas e indiretas decorrentes deste contrato, não restando mais nada a reclamar de parte a parte, exceto as relacionadas no parágrafo a seguir.

Não estão abrangidas pela quitação ora lançada e podem ser objeto de exigência ou responsabilização, mesmo após o encerramento do vínculo contratual:

As obrigações relacionadas a processos iniciados de penalização contratual;

As garantias sobre bens e serviços entregues ou prestados, tanto legais quanto convencionais;

A reclamação de qualquer tipo sobre defeitos ocultos nos produtos ou serviços entregues ou prestados.

<inserir pendências, se houver>.

E assim, tendo lido e concordado com todos os seus termos, firmam as partes o presente instrumento, em duas vias iguais, para que surta seus efeitos jurídicos.

\_\_\_\_\_, \_\_\_\_\_ de \_\_\_\_\_ de 20\_\_\_\_.

De acordo.

CONTRATANTE	CONTRATADA
Autoridade da Área Administrativa	Representante Legal
<p>_____ &lt;Nome&gt; Matrícula: &lt;Matr.&gt;</p>	<p>_____ &lt;Nome&gt; &lt;Qualificação&gt;</p>

## ANEXO H - MODELO DE PROPOSTA COMERCIAL

PREGÃO ELETRÔNICO Nº \_\_\_\_ / \_\_\_\_ - \_\_\_\_

NOME DA PROPONENTE:

CNPJ:

ENDEREÇO:

TELEFONE/FAX:

E-MAIL

OBJETO: Registro de Preços com vistas a futura e eventual contratação de licenças de uso de *softwares* de virtualização de servidores, com direito de atualização e suporte.

Item	Identificação Produto	Unidade	Quantidade	Valor Unitário	Valor Total



Documento assinado eletronicamente por **Lara Brainer Magalhães Torres de Oliveira, Diretor(a)**, em 09/11/2020, às 13:44, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).



Documento assinado eletronicamente por **Silvio Cesar da Silva Lima, Coordenador(a)-Geral**, em 09/11/2020, às 13:51, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).



Documento assinado eletronicamente por **Abdias da Silva Oliveira, Analista**, em 09/11/2020, às 13:57, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).

Documento assinado eletronicamente por **Gervásio Rôxo Guimarães, Administrador(a)**, em



09/11/2020, às 14:30, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).



Documento assinado eletronicamente por **Cristiano Jorge Poubel de Castro, Analista em Tecnologia da Informação**, em 09/11/2020, às 14:30, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site

[http://sei.fazenda.gov.br/sei/controlador\\_externo.php?](http://sei.fazenda.gov.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0)

[acao=documento\\_conferir&id\\_orgao\\_acesso\\_externo=0](http://sei.fazenda.gov.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0), informando o código verificador **11641842** e o código CRC **7F42E95D**.

Referência: Arts. 12 a 24 IN SGD/ME Nº 1/2019

Referência: Processo nº 19973.104472/2019-80.

SEI nº 11641842